



**ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E
SUSTENTABILIDADE
MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

DESAFIOS E PROPOSIÇÕES PARA
A CONSTRUÇÃO DOS DIÁLOGOS ENTRE AS DIMENSÕES SOCIAIS E
AMBIENTAIS EM PROJETOS URBANOS EXECUTADOS EM ALAGADOS -
BAHIA

Serra Grande

2019

GRAZIANE DE JESUS SANTOS AMORIM

DESAFIOS E PROPOSIÇÕES PARA
A CONSTRUÇÃO DOS DIÁLOGOS ENTRE AS DIMENSÕES SOCIAIS E
AMBIENTAIS EM PROJETOS URBANOS EXECUTADOS EM ALAGADOS -
BAHIA

Dissertação apresentada ao Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE, da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável.

Comitê de Orientação:

Professor Doutor Thiago Mota Cardoso

Professora Doutora Cristiana Saddy Martins

Professora Doutora Heliana Faria Mettig Rocha

GRAZIANE DE JESUS SANTOS AMORIM

DESAFIOS E PROPOSIÇÕES PARA
A CONSTRUÇÃO DOS DIÁLOGOS ENTRE AS DIMENSÕES SOCIAIS E
AMBIENTAIS EM PROJETOS URBANOS EXECUTADOS EM ALAGADOS -
BAHIA

Dissertação apresentada ao Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE, da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Thiago Mota Cardoso – UFSC/IPE

Professor Doutor Rafael Morais Chiaravalloti – UCL/IPE

Professora Doutora Heliana Faria Mettig Rocha – UFBA

“Devido a falta de comunicação, os grupos de assistência ao meio ambiente, à população e ao desenvolvimento ficaram separados durante muito tempo, o que impediu que tomássemos consciência do nosso interesse comum e de nossa força conjunta. Felizmente, essa folha está sendo sanada. Sabemos agora o que o nos une é muito mais importante que o que nos divide. Reconhecemos que a pobreza, a deterioração do meio ambiente e o crescimento populacional estão indissoluvelmente ligados, e que nenhum desses problemas fundamentais pode ser resolvido isoladamente. Venceremos ou fracassaremos juntos. Chegar a uma definição de desenvolvimento sustentável aceita por todos continua sendo um desafio para todos os que estão empenhados no processo de desenvolvimento.”

Relatório Nosso Lugar Comum,
1991.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e
Desenvolvimentos

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo sistematizar os desafios e propor mudança necessária à construção dos diálogos entre as dimensões sociais e ambientais nos Projetos Urbanos da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, executados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento/Habitação – PAC. Para isso, apresentou-se uma breve contextualização histórica das políticas públicas urbanas no Brasil, na Bahia e, por fim, em Salvador, como forma de situar o leitor de problemas relativos à questão urbana e ao processo de segregação socioespacial, construído a partir da revolução industrial (GORDINHO, 2008). Nessa perspectiva, buscou-se compreender o processo de urbanização brasileira e a dicotomia estabelecida entre as dimensões sociais e ambientais dos territórios na implementação de Projetos Urbanos (SANTOS, 2005), a fim de demonstrar os principais desafios da implementação dos Projetos de Requalificação Urbanística na Conder, a partir da análise de um relatório de avaliação das intervenções que ocorreram no território de Alagados, entre os anos de 2009 à 2017, precisamente, na enseada dos Tainheiros, na península de Itapagipe, na cidade de Salvador-Bahia. A análise do relatório de avaliação possibilitou a apresentação de dados que confirmam a existência dos desafios na implementação de intervenções de requalificação urbana nos territórios baianos, além de fundamentar propostas de mudança na metodologia que foram descritas na forma de um fluxograma. Por considerar que a implementação nos Projetos Urbanos pode contribuir para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos afetados, foram aprofundados conhecimentos sobre sustentabilidade urbana, desenvolvimento sustentável e do direito à cidade (LEFÉBVRE, 2001). A fundamentação teórica, aliada a análise do relatório, serviu para estruturar a elaboração do fluxograma que descreve por meio da representação gráfica uma proposta revisada de metodologia para execução das intervenções urbanas na Conder, com vista a construção dos diálogos entre as dimensões urbanas, sociais e ambientais.

Palavras-chave: Urbanização. Diálogos. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This dissertation aims to systematize the challenges and propose the necessary change to build dialogues between social and environmental dimensions in the Urban Projects of the Urban Development Company of the State of Bahia– Conder, implemented through the Growth / Housing Acceleration Program - PAC . In this regard, a brief historical context of urban public policies was presented in Brazil, in Bahia and, finally, in Salvador, as a way of bringing to the reader the problems concerning the urban issues and also the process of socio-spatial segregation, built based on the Industrial Revolution (GORDINHO, 2008). In this perspective, we sought to understand the Brazilian urbanization process and the established dichotomy between the social and environmental dimensions of the territories in the implementation of Urban Projects (SANTOS, 2005), in order to demonstrate the main challenges of the implementation of Urban Rehabilitation Projects in Conder, drawing on the analysis of a report evaluating the interventions that occurred in the territory of Alagados, between the years 2009 and 2017, precisely, in Tainheiro's cove, in the peninsula of Itapagipe, in the city of Salvador, in Bahia. The analysis of the Assessment Report made it possible to present data confirming the existence of challenges in the implementation of urban regeneration interventions in Bahia's territories, as well as to base proposals for changes in the methodology that were described in the form of a flowchart. Considering the execution on the Urban Projects might contribute to improve the quality of life of affected citizens, broader knowledge about urban sustainability, sustainable development and the right to the city has been deepened (LEFÉBVRE, 2001). The theoretical basis, combined with the analysis of the report, was used to structure the flowchart that describes, through graphic representation, a revised proposal for a methodology for the execution of urban interventions in Conder, in order to build dialogues between urban, social and environmental dimensions.

Keywords: Urbanization. Dialogues. Sustainability.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.....	30
Tabela 2.....	31
Tabela 3.....	31
Tabela 4.....	64
Tabela 5.....	72
Tabela 6.....	73
Tabela 7.....	73
Tabela 8.....	74
Tabela 9.....	74
Tabela 10.....	74
Tabela 11.....	75
Tabela 12.....	75
Tabela 13.....	75
Tabela 14.....	75
Tabela 15.....	76
Tabela 16.....	76
Tabela 17.....	77
Tabela 18.....	77
Tabela 19.....	77
Tabela 20.....	77
Tabela 21.....	78
Tabela 22.....	79
Tabela 23.....	79
Tabela 24.....	80
Tabela 25.....	81
Tabela 26.....	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	35
Figura 2.....	46
Figura 3.....	60
Figura 4.....	61
Figura 5.....	65
Figura 6.....	72
Figura 7.....	85
Figura 8.....	86
Figura 9.....	87
Figura 10.....	88
Figura 11.....	89
Figura 12.....	90
Figura 13.....	91
Figura 14.....	92
Figura 15.....	93
Figura 16.....	94
Figura 17.....	95
Figura 18.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	35/36
Quadro 2.....	82

LISTA DE SIGLAS

CAMA – Centro de Arte e Meio Ambiente
CERB – Companhia de Engenharia Rural da Bahia
Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
Conder – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPRO – Coordenação de Projetos
COREF – Coordenação de Regularização Fundiária
COSOC – Coordenação Social
DIHAB – Diretoria de Habitação e Urbanização Integrada do Estado da Bahia
DRP – Diagnóstico Rural Participativo
Embasa – Empresa Baiana de Água e Saneamento
FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GTIEAMSS – Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilidade Social em Saneamento
HBB – Habitar Brasil Bird
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN – Instrução Normativa
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAR – Programa de Arrendamento Residencial
PEAMSS – Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento
PNH – Política Nacional de Habitação
PNHIS – Política Nacional de Habitação de Interesse Social
PSHIS – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
PTTS – Projeto Técnico de Trabalho Social
SAEE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Sedur – Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado
Sehab – Secretaria de Habitação
URBIS – Habitação e Urbanização do Estado da Bahia
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DA PESQUISADORA E O CONTEXTO DO PROBLEMA	16
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS NO BRASIL-BAHIA-SALVADOR	19
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO NO BRASIL	19
2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO NA BAHIA-SALVADOR	27
3. SUSTENTABILIDADE URBANA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	32
3.1 ABORDAGEM SOBRE O DESENVOLVIMENTO	37
3.2 A CIDADE COMO MEIO AMBIENTE CONSTRUÍDO	39
4. POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA – SEDUR E CONDER	40
4.1 FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR) E DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (CONDER)	40
4.2 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – INSTRUÇÕES NORMATIVAS	42
4.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DIRETORIA DE HABITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA CONDER – DIHAB	47
5. DESAFIOS NOS DIALÓGOS: IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS NA CONDER	49
5.1 O DESCOMPASSO ENTRE OS TEMPOS	49
5.2 ARTICULAÇÃO COM A COMISSÃO TÉCNICA DE GARANTIA AMBIENTAL – CTGA	50
5.3 GESTÃO PARTICIPATIVA NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS	52
5.4 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	54
5.5 CAPACITAÇÃO DOS GESTORES E EQUIPES TÉCNICAS	55
5.6 ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	56
6. MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	57
7. ESTUDO DE CASO: PROJETOS URBANOS EM ALAGADOS, SALVADOR, BAHIA.	59
7.1 DIREITO À CIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES	59
7.2 HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DE ALAGADOS	61
7.3 OCUPAÇÃO DE ALAGADOS	63
7.4 ESTUDO DE CASO: DESAFIOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM ALAGADOS	66
8. ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL – PIDSA	67
8.1 CONTEXTO DA PESQUISA	67
8.2 OBJETO DA PESQUISA: INTERVENÇÕES REALIZADAS PELA CONDER NO TERRITÓRIO DE ALAGADOS (2009/2017)	70
8.3 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA E A SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS PESQUISADOS	71
8.5 SITUAÇÃO DE MORADIA E VIZINHANÇA	76
8.7 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO	80
8.8 OBSERVAÇÃO DIRIGIDA	81
8.9 PROCESSO SOCIOESPACIAL DE ALTERAÇÃO FÍSICA – POLIGONAL ALAGADOS IV E V	85
9 RESULTADOS DA PESQUISA	99
9.1 ABORDAGEM PROPOSITIVA: QUADRO PROPOSTO PARA O PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS E FLUXOGRAMA	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

A análise das narrativas sobre a história do Brasil revela a sua essência agrícola. Para Milton Santos (2008), é no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas da nossa civilização (SANTOS, 2008). Nesse contexto, as relações estabelecidas, entre os homens e as mulheres com o território, consideram a produção e reprodução de bens de consumo, necessários à manutenção da vida, portanto, o lugar tem valor pelo seu uso, pela função que cumpre para a reprodução do cotidiano dos seus moradores (LEFEBVRE, 2001).

Mudanças do modelo dos processos produtivos fundamentadas para a estruturação do capitalismo redefinem as relações estabelecidas entre o ser humano e o lugar.

As bases da livre concorrência do capitalismo e a industrialização a partir de 1930 mudaram a dinâmica da função da cidade. Em outras palavras, a cidade passa a ser planejada para atender interesses do capital financeiro, tornando-se mercadoria (MARICATO, 2002). Essa ruptura, na forma como as cidades são valoradas, gera impacto que amplia a segregação social, a degradação ambiental.

Gordinho (2008) afirma que a análise do breve histórico dos períodos que antecederam a formação da metrópole moderna, observa-se, em particular, a forma como se deu a interação entre o espaço de habitar para as diferentes classes sociais, o que, desde os primórdios, aponta para uma forte segregação habitacional (GORDINHO, 2008).

Nesse sentido, a política pública de desenvolvimento urbano se apresenta como alternativa corretiva, com vistas a minimizar os problemas estruturais. Os investimentos públicos destacados para a elaboração de Planos e Programas para execução de obras públicas nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura indicam o reconhecimento da relação direta estabelecida entre o processo de urbanização e pobreza. No entanto, apesar de haver avanços nos Projetos Urbanos dos anos 2000 até 2009 (MARICATO, 2015), sobretudo, no que se refere à escala e volume de investimentos, ainda

há um longo percurso na consolidação do direito a uma cidade mais inclusiva e justa.

Nessa perspectiva, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, foi criado em 27 de janeiro de 2007, através do decreto 6.025/2007, com o objetivo de articular projetos de infraestrutura, públicos e privados, além medidas institucionais para aumentar o ritmo de crescimento da economia, modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento, aperfeiçoar a gestão pública e elevar a qualidade de vida da população. (Ministério do planejamento, 2007).

Os projetos de infraestrutura contribuem para financiar as obras vinculadas nas áreas de urbanização integrada e habitação cujo o objetivo inclui a urbanização de assentamentos precários.

O Guia para mapeamento e caracterização de assentamentos precários, 2010, indica que essa expressão, assentamento precário, foi adotada pela nova Política Nacional de Habitação(PNH), de forma a englobar, numa categoria de abrangência nacional, o conjunto de assentamentos urbanos inadequados, ocupados por moradores de baixa renda, incluindo as tipologias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas de habitação, tais como cortiço, loteamento irregulares da periferia, favelas e assemelhados, bem como os conjuntos habitacionais que se encontram degradados.

No processo de implementação dos Projetos Urbanos, voltados para requalificação dos territórios desses assentamentos, existe muitos desafios considerando a dinâmica social e as características locais. Entretanto, análises realizadas pelos teóricos contemporâneos, a exemplo de ACSELRAD (2009) e MARICATO (2009), reconhecem a necessidade de ampliar as interfaces entre os aspectos urbanos (físicos), sociais e ambientais.

Nesse sentido, este trabalho apresentar-se-á, de forma a analisar os desafios já experienciados pela autora durante a execução de Projetos nas áreas de desenvolvimento urbano e uma proposta de metodologia que possibilite a construção dos diálogos entre as dimensões urbana, sociais e ambientais, com vista a melhoria na qualidade de vida dos moradores das áreas afetadas pelos Projetos Urbanos implementados por meio da Companhia

de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder. Para fundamentar essa produção, serão consideradas intervenções executadas pela Conder, em especial, no bairro de Alagados.

A dissertação tem como base argumentativa a análise do Relatório de Acompanhamento e Avaliação do Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental - PDISA, executados por meio de um convênio firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) e o Centro de Arte e Meio Ambiente - CAMA, no território de Alagados, localizada no interior da Baía de Todos os Santos, precisamente, na enseada dos Tainheiros - península de Itapagipe, Salvador, Bahia. Os dados fundamentam as afirmativas quanto aos desafios e às propostas apresentadas.

Como justificativa esta dissertação apoia-se na análise de que a implementação dos Projetos Urbanos na Conder não alcança todos os objetivos inicialmente previstos, devido a forma como atualmente são executados, logo, dessa forma, mapear os desafios da implementação dos Projetos se configuram como oportunidade para rever e qualificar os processos de planejamento e operacionalização.

Nessa perspectiva, conhecer as características e a forma como se articulam as políticas públicas de desenvolvimento urbano, habitação e saneamento é fundamental, para contribuir na consolidação de políticas públicas mais efetivas. Assim, o primeiro capítulo fará menção de conceitos fundamentais para o entendimento do projeto de pesquisa e um resgate histórico sobre os processos de urbanização e os desafios da contemporaneidade, ante as mazelas que assolam os centros urbanos. Cabe salientar, que a menção de conceitos e o resgate histórico - referenciados, servirão de base para situar o baiano no cenário brasileiro, quanto aos aspectos relacionados à integração entre as dimensões sociais e ambientais, nas intervenções urbanísticas das cidades e suas consequências para a implementação da referida Política Pública.

O segundo capítulo contribuirá para a compreensão conceitual sobre a Sustentabilidade Urbana e o Desenvolvimento Sustentável como um processo que pode ser construído a partir da implementação de Projetos de Urbanização

de Assentamentos Precários cujas praticas coadunem com os princípios democráticos das politicas públicas.

O terceiro capítulo apresentará estudo de caso que possibilitará a aproximação da realidade do território de Alagados, que é afetado pela implantação dos serviços públicos de qualificação de assentamentos precários. Este caso foca no processo de urbanização com destaque para os limites, fragilidades e potencialidades, objetivando ilustrar os principais desafios para a implementação de Projetos Urbanos no estado da Bahia. Este estudo apresentará intervenções físicas, sociais e de regularização fundiária, bem como os resultados na comunidade de Alagados, durante os últimos 09 (nove) anos por parte do governo estadual.

No quarto capítulo, a pesquisa pretende indicar, nessa mesma oportunidade, caminhos e possibilidades para a construção dos diálogos das dimensões sociais e ambientais em Projetos Urbanos como condição estratégica para alcançar o efetivo resultado da requalificação urbanística. A indicação dos procedimentos operacionais para a elaboração e execução de Projetos Integrados de Desenvolvimento Local será apresentada por meio de representação gráfica de fluxograma.

O fluxograma será composto por etapas necessárias a interação entre a obra, as construções físicas, com as pessoas que serão afetadas pelas intervenções, os aspectos relacionados às características sociais, econômicas e culturais e sua relação com o território, além das características ambientais e recursos naturais.

1. TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DA PESQUISADORA E O CONTEXTO DO PROBLEMA

A minha trajetória profissional teve início no Serviço Autônomo de Água e Esgoto- SAAE, em 2002, como Assistente Social responsável pela execução de Projeto Técnico de Trabalho Social – PTTS, vinculado a implantação de sistema de esgotamento sanitário, do Jardim Petrolar, bairro populoso do município de Alagoinhas – BA.

As atividades executadas no PTTS consideraram as orientações contidas nos normativos do Ministério das Cidades, que sistematizou todas as orientações por meio da elaboração do Caderno de Orientações Técnica Social, a saber:

O Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) é o documento que sistematiza a proposta de trabalho junto aos beneficiários. Nas intervenções relacionadas ao desenvolvimento urbano, os projetos devem ter enfoque multidisciplinar, fundamentando-se nos princípios de participação comunitária, sustentabilidade dos empreendimentos e preservação ambiental (COTS, maio de 2013).

O Projeto de Trabalho Técnico Social, ao longo do tempo, passou por mudanças, ou seja, cresceu em escala, sendo definidas áreas cada vez maiores, com investimentos (volume de recursos), complexidade das intervenções, além da metodologia. Esse projeto também ganhou uma nova nomenclatura: Projeto de Trabalho Social (PTS). O trabalho social passou a ocupar papel importante nas contratações das obras públicas nas áreas de habitação, saneamento e requalificação de assentamento precário.

Os normativos construídos a partir do Manual de Instrução do PAC – Intervenções em Favelas, publicados em 2007, com o objetivo de definir regras para a elaboração e execução de Projetos Urbanos que orientam as intervenções nessas áreas, definiram a obrigatoriedade da execução do Trabalho Social, conforme a Instrução Normativa – IN 08, que regulamenta o trabalho social executado em intervenções de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários das Ações e Programas geridos pelo

Ministério das Cidades e a não execução chegou a impedir o desembolso dos recursos para as obras. Outra mudança importante foi a exigência de serem realizados processos licitatórios separados com vistas a evitar que a empresa de engenharia fosse a executora do Trabalho Social e assim pudesse interferir nos seus resultados esperados, no que tange as ações sociais. Todos esses esforços objetivaram garantir a participação do beneficiário durante as etapas das obras, bem como a sustentabilidade dos equipamentos implantados por meio das intervenções urbanas.

Nesse ínterim, participei da gestão e elaboração de diversos projetos, que me renderam importantes aprendizados. Tive a oportunidade de trabalhar em outros municípios, Organizações Não Governamentais (ONGs.), empresas privadas e empresas públicas do Estado, como, por exemplo, a Companhia de Engenharia Rural da Bahia – CERB, com atuação voltada sempre para a gestão e execução de Projetos de Trabalho Social.

Hoje, atuo como Coordenadora Social da Conder, na gestão de 31 contratos, cujo o orçamento totaliza o valor de R\$ 20.642.811,02 (vinte milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos onze reais e dois centavos).

É importante enfatizar que essa função me desafia cotidianamente e fortalece as percepções construídas a partir das experiências profissionais desde 2002. Esses aprendizados me permitiram identificar que os projetos urbanos são executados de forma setORIZADA. As equipes multidisciplinares envolvidas nos projetos possuem funções complementares, porém, a incipiente articulação entre os setores de engenharia, arquitetura e serviço social, fragiliza as intervenções nos territórios.

No caso da Conder, existe uma relação direta de subordinação administrativa e financeira com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. No entanto, essa secretaria, que tem como atribuição o planejamento e monitoramento da política pública de desenvolvimento urbano na Bahia, pouco dialoga e articula ações com a empresa pública responsável pela execução, nesse caso, a Conder, portanto, as dificuldades dos diálogos permeiam as estruturas institucionais externas e interna da política pública de desenvolvimento urbano. Na execução Projetos Urbanos, a participação cidadã, no seu sentido mais profundo, ainda é uma busca e as questões

ambientais são consideradas apenas por força das licenças ambientais que não acompanham os tempos das obras.

O planejamento e execução setorizados fragilizam o processo interventivo. A visão tecnicista, de parte dos profissionais que atuam na execução dos Projetos, desconsidera a participação do cidadão, os cuidados com a paisagem e os recursos naturais ou processo para a sua revitalização, no contexto da execução das obras. Esses são elementos que interferem na qualidade e efetividade das intervenções do poder público, junto aos territórios que recebem investimentos para a execução de projetos para requalificação urbana.

A análise sobre esses processos se dá de forma muito enriquecedora, tanto do ponto de vista pessoal quanto profissional, e, nessa perspectiva, podemos dizer que assumimos, de certa forma, um perfil profissional-militante, ou seja, alguém que acredita, cada dia mais, no potencial das intervenções nos territórios, como forma de contribuir com o desenvolvimento socioambiental dos bairros, das cidades, dos estados e isso pode resultar em melhoria das condições de vida das famílias deste país.

Entende-se que é necessário ampliar recursos, qualificar os profissionais que trabalham nesses processos, ampliar o repertório metodológico, contudo, é necessário compreender as relações existentes entre as demandas pela implantação dos serviços de infraestrutura urbana, para além da construção de unidades habitacionais e serviços de infraestrutura urbana. É preciso planejamento integrado, considerando a apropriação das obras pelos moradores, além dos recursos naturais existentes nesse lugar, as poligonais de intervenção.

Defendo a conciliação entre as dimensões, visão de mundo mais ampliada para uma atuação mais holística e que, portanto, integra os saberes entre os profissionais de engenharia, arquitetura, sociologia, antropologia, pedagogia, psicologia e serviço social, profissões que atuam, em maior proporção, na elaboração e execução dos Projetos.

Acredita-se que a interação entre os saberes amplia o potencial dos resultados a serem alcançados, por meio da execução de projetos urbanos.

Tassara (2008) corrobora com essa perspectiva, ao afirmar que uma proposta de intervenção deve incentivar discussões éticas, políticas e conceituais, como subsídio ao planejamento dos coletivos (TASSARA, 2008).

O meu percurso profissional, de acordo com os relatos desse capítulo, inseriu-me num campo de atividades que, cada vez mais, motiva-me a contribuir para a construção dos diálogos das dimensões sociais e ambientais nos Projetos Urbanos, como condição incorporar a justiça socioambiental nas intervenções de requalificação urbana nos Projetos da Diretoria de Habitação e Urbanização Integrada do Estado da Bahia — DIHAB.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS NO BRASIL-BAHIA-SALVADOR

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, pode-se afirmar que o declínio da agricultura de exportação, a modernização tecnológica da produção agrícola, a expansão do latifúndio e intensificação da industrialização se configuram como elementos que determinam a migração de parte importante da população rural para os centros urbanos no século XX.

(...) no decorrer do século XVIII a urbanização se desenvolve e a casa da cidade se torna a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor do engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento de corte da cana. (...) Mas, é necessário ainda mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje (SANTOS, 1994, p. 19).

Por consequência, a urbanização intensa e a redução do papel do Estado contribuíram para o processo de exclusão socioterritorial¹, conforme refere Rolnik (2015, p. 5), no qual parte da população em situação de vulnerabilidade é expulsa das regiões centrais das cidades metropolitanas para as periferias (ROLNIK, 2015, p. 5). Nessa perspectiva, vale observar as

¹ “função social de cada segmento de seu território” (ROLNIK, 2015, p. 5).

considerações de Gordilho-Souza (2008 apud NASCIMENTO, 2012, p. 44) que destaca:

(...) no Brasil, as raízes da 'questão habitacional' encontram-se, também, em essência estrutural, relacionada à urbanização intensiva e ao desenvolvimento industrial que fazem emergir problemas similares àqueles ocorridos nos países centrais (GORDILHO-SOUZA, 2008, apud NASCIMENTO, 2012, p.44).

A questão habitacional, que já comprometia o desenvolvimento dos países centrais em meados da década de 40, trouxe as primeiras grandes mudanças espaciais para a estrutura urbana da época. As consequências dessas transformações, evidentemente, foram sentidas pela parcela mais pobre da população, para a qual a cidade urbana não mais oferecia espaço habitacional compatível para a sua renda, o que resultou no surgimento das ocupações coletivas.

Ao realizar uma análise aprofundada do livro *Limites do Habitar* (2008), percebe-se que a autora, Gordilho-Souza, avalia esse cenário, a partir da configuração urbana das grandes cidades brasileiras, afirmando existir, a partir da década de 40, o contraste das diferentes espacialidades demarcadas por padrões habitacionais específicos, relacionados às classes sociais.

Nesse sentido, o modelo de urbanismo brasileiro revela seu caráter desigual e insustentável, desde a sua gênese, na medida em que a segregação do espaço desconsiderou aspectos relacionados à territorialidade, ao cidadão e ao sentimento de pertencimento², construído entre as pessoas e seus locais de moradia.

Maricato (1995) ratifica essa ideia:

A exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando pontos de concentração de pobreza à semelhança de "guetos", ou imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada. [...] não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza e baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, sobretudo a ausência da cidadania (MARICATO, 1995, p. 29-30).

² Pertencimento, ou o sentimento de pertencimento é a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos¹. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos expressam valores, medos e aspirações. Esse sentimento pode fazer destacar características culturais e raciais.

Assim, constata-se, no esforço para compreender essa problemática, que as cidades, como espaços onde a vida acontece, testemunham o caos construído, cotidianamente, pelas pressões da ocupação que degradam os recursos naturais e aprofundam a situação de pobreza e vulnerabilidade social.

As circunstâncias revelam a origem do processo de gentrificação (ROLNIK, 2009) e delimitam os primeiros contornos das relações de poder, as quais determinam a classe que ocupa os lugares estratégicos das cidades, desconsiderando o caráter público das políticas urbanas. No ponto de vista das relações de poder e controle político, que ali se estabelece, o jogo é reforçado pelo caráter discriminatório das ações estatais.

O processo de gentrificação também é comentado por Smith (2006)

O desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em sentido amplo – tornou-se agora um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana. No contexto de um mundo recentemente globalizado, a “regeneração urbana” representa uma estratégia central na competição entre as diferentes aglomerações urbanas. Assim como na globalização, estamos em presença de uma espécie de anônima lógica econômica, e a oposição a tal transformação global e urbana terá um papel crucial na orientação que tomarão os novos espaços (SMITH, 2006, p. 85, *apud* RANGEL, 2015, p. 2).

Para ilustrar esse cenário caótico, é impossível não enfatizar a ausência dos serviços de saneamento que afetam diretamente a saúde dos moradores das cidades. A questão dos resíduos sólidos, por exemplo, desde a sua produção e descarte inadequado, é uma questão que deve compor o processo de planejamento das intervenções, uma vez que os ecossistemas não têm capacidade de decompor todo o lixo produzido. Outro aspecto importante é o esgoto doméstico, em especial nas periferias urbanas. Essa demanda é uma questão de urgência, que, infelizmente, está longe de ser resolvida.

Ainda sobre a problemática das cidades e seus agrupamentos habitacionais, os centros urbanos ainda testemunham vítimas letais de alagamentos, enchentes e deslizamentos de terra, ocorrências que revelam a necessidade de se construir sistemas de drenagem e estabilização de encostas, para minimizar os riscos aos quais as populações estão expostas. Não bastando aspectos físicos, ainda surgem, como agravantes, os fatores sociais, isto é, contexto que afeta as relações interpessoais, provocando a

expansão da criminalidade.

E assim, uma das mais aceleradas urbanizações do mundo, conforme estudos do Caderno do Ministério das Cidades (2004), ocorre sem a implementação de políticas urbanas dignas e o abandono do meio rural que acaba por contribuir ainda mais para o adensamento das cidades.

Rolnik³ (1997), em um de seus trabalhos, fala-nos sobre a ausência de um “pacto territorial” que preside o desenvolvimento da cidade, “(...) impedindo-a de crescer com graça, justiça e beleza” (ROLNIK, 1997, p. 14). Sabe-se que todos têm direito à moradia, conforme previsto no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, - Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015, no Capítulo II dedicado aos Direitos Sociais:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (...)” (CF, 1988, Art. 6º, Inciso IV, grifo nosso).

A Política Nacional de Habitação de Interesse Social (PNHIS) traz o conceito de moradia digna de forma clara, todavia, por vezes, é ignorado na prática. Entende-se por moradia digna aquela que oferece condições de salubridade, segurança, conforto, acesso aos serviços públicos básicos e que esteja livre de qualquer discriminação, no que se refere à habitação ou à garantia legal da posse. A ausência de planejamento e integração das políticas urbanas comprometem a vida nas cidades, que tem se mostrado cada dia insustentável.

A lei nº 11.124, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS, que estabelece num dos seus princípios, a saber: “moradia digna como direito e vetor de inclusão social⁴”.

Embora exista regulamentação legal para garantir dignidade às populações por meio das intervenções públicas, ao longo dos anos, a questão

³ ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei. Legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo, Studio Nobel: Fapesp, 1997 (Coleção cidade aberta)

⁴ Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, Capítulo I, Art. 4º.

urbana foi se tornando cada vez mais complexa e as consequências já comprometiam parte importante dos moradores das cidades.

Nesse período, investimentos importantes multiplicaram os Planos Diretores nos municípios e estados, porém sem eficiência, pois a concepção dos Planos desconsiderou as particularidades dos assentamentos precários e a carência da maior parte da população das cidades.

Para Maricato (2010) “até o início dos anos 1980, as favelas eram tratadas como caso de polícia ao invés do reconhecimento de que a maior parte dos seus moradores eram trabalhadores [...]” o que leva a entender que não era considerado como um problema de natureza social (MARICATO, 2010, p. 13).

Continuando a análise realizada pelo Ministério das Cidades (2004), até 1985, por meio do modelo autoritário do Banco Nacional de Habitação (BNH), são construídas mais de 4 milhões de unidades habitacionais para a classe média e isto impulsiona o desenvolvimento das grandes concessionárias do saneamento, a partir da retirada da gestão e operação dos serviços públicos dos municípios.

Dessa forma, opera-se a mudança da paisagem nas cidades brasileiras, abrindo espaço para a verticalização por meio da construção dos edifícios em áreas dotadas de infraestrutura destinadas à classe média. Nesse contexto, restava a maior parte da população, investimentos ínfimos para a construção de unidades habitacionais fora da malha urbana, fato que implica no agravamento das condições de vulnerabilidade social das famílias (MARICATO, 2010).

No mundo de economias conectadas, a desaceleração do crescimento em outros países afeta a economia do Brasil, por isso, as décadas de 80 e 90 foram identificadas como as “décadas perdidas”. Nesse período, as intervenções públicas foram realizadas em maior proporção com investimentos de instituições financeiras internacionais, a exemplo do Banco Mundial e da Aliança Europeia. Essas agências contribuem para a construção de unidades habitacionais, além de intervir nos territórios por meio de uma lógica mais horizontal e já defendem a urbanização dos assentamentos (GORDILHO-

SOUZA, 2008).

Nesse contexto, o BNH é extinto e a Caixa Econômica Federal assume a operacionalização dos investimentos da política urbana. Entre os anos de 1988 e 1990 são criados o Ministério da Habitação e Bem-Estar Social e Ministério de Ação Social, relegando a política pública urbana a “ação social”. Nesse contexto, nota-se que a favela ainda é analisada como origem do problema. No entanto, os capítulos 182 e 183 da Constituição já consideravam o direito a moradia e o direito social, portanto, como necessidades sociais básicas.

Nos anos seguintes, entre 1998 a 2002, a política pública, mais uma vez, prioriza a classe média, e, desse modo, as unidades habitacionais construídas no período são destinadas às famílias que recebem mais de 5 salários mínimos (GORDILHO-SOUZA, 2008).

Conforme o Cadernos das Cidades (2004)⁵, a ausência de uma política pública de planejamento urbano que considerasse a construção da “cidade para todos” gera o percentual de 92% de déficit habitacional e o agravamento das desigualdades sociais. O contexto do processo de redemocratização do país motiva a atuação dos movimentos sociais que exercem forte pressão para mudanças na concepção das políticas pública e exigem a reforma urbana. Nessa linha de considerações, Gordilho-Souza (2008) afirma que os municípios buscam criar estruturas nas prefeituras para operacionalizar a política pública de habitação (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 326).

Em face disso, é possível afirmar que as boas práticas municipais, a exemplo do orçamento participativo, nas quais os munícipes definem as prioridades para os investimentos financeiros, servem como fundamento para exigências da referida reforma das políticas públicas urbanas no país. Os municípios produzem experiências inovadoras e, apesar de não dispor de grande volume de recursos, conseguiram construir boas práticas, a partir da participação dos cidadãos, com vista na melhoria da qualidade das cidades.

Recife, Salvador, Belém, Goiânia e Porto Alegre são municípios que

⁵ BRASIL. Ministério das Cidades, Cadernos MCidades Habitação 4. Política Nacional de Habitação. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/132769-Cadernos-mcidades-habitacao.html> > . Acesso em: 26 dez.2018.

foram reconhecidos por executar projetos urbanos para as populações mais vulneráveis com características mais justas. Como destaque de boas práticas, executadas por esses municípios, têm-se a distribuição horizontal das unidades habitacionais e a inserção dos serviços de infraestrutura e saneamento.

O Relatório de Gestão da Conder (2003/2004) aponta que em Salvador, nesse período, foi criado o Projeto Humanização de Cidades, que previa a realização de diferentes intervenções simultâneas em área urbana - infraestrutura, habitação e urbanismo -, cujos principais serviços integravam as obras de terraplenagem, drenagem, pavimentação em paralelepípedo, pavimentação em blocos intertravados de concreto, edificações unifamiliares, urbanismo, paisagismo e saneamento.

Já, em Recife, de acordo com Secretaria de Habitação do município, diversos programas foram executados com recursos dos governos federal, estadual e municipal. As intervenções do Programa de Arrendamento Residencial – PAR, Crédito Solidário, Requalificação de ZEIS – Zona Especial de Interesse Social, Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSHIS) e o Habitar Brasil Bird (HBB), transformaram a cidade⁶. É importante ressaltar que as referidas intervenções foram acompanhadas de instrumentos de participação materializada a partir das conferências municipais e estaduais de habitação.

A conjuntura política e a mobilização de diversos setores da sociedade civil organizada corroboram para a regulamentação da Constituição Federal (1988), e, assim, em 2001, o Estatuto das Cidades - EC, Lei 10.257/01, é aprovado, dando início a um período de grandes avanços na construção do arcabouço jurídico da política pública de desenvolvimento urbano. O Estatuto das Cidades tem méritos que justificam seu prestígio em boa parte dos países do mundo. Suas virtudes não se esgotam na qualidade técnica ou jurídica de seu texto – a lei é uma conquista social cujo desenrolar se estendeu durante décadas. Sua história é, portanto, exemplo de como setores de diversos extratos sociais (movimentos populares, entidades profissionais, sindicais e acadêmicas, pesquisadores, ONGs, parlamentares e prefeitos progressistas)

⁶ Disponível em: <<https://www.recife.pe.gov.br/pr/sechabitacao/programas.php>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

pode persistir, por muitos anos, na defesa de uma ideia e alcançá-la, mesmo num contexto adverso.

O Estatuto das Cidades trata de reunir, por meio de um enfoque holístico, em um mesmo texto, diversos aspectos relativos ao governo democrático da cidade, à justiça urbana e ao equilíbrio ambiental. Traz à tona a questão urbana e a insere na agenda política nacional, num país, até pouco tempo, marcado pela cultura rural (MARICATO, 2010). Nesse contexto, também são realizadas conferências estaduais e municipais que garantem a participação da sociedade civil no processo do planejamento das cidades.

Outro marco para a política pública foi a criação do Ministério das Cidades – Lei nº 10.683/2003, com o objetivo de "combater as desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte" (BRASIL, 2003)⁷. A criação desse Ministério contempla uma antiga reivindicação dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana e rompe com a setorização das políticas de desenvolvimento urbano.

Importante ressaltar que, a criação do Ministério das Cidades representou um impulso do Governo Federal no planejamento e gestão das cidades, atendendo a uma demanda da sociedade. As políticas urbanas de habitação, planejamento e ordenamento, assim como, saneamento e mobilidade urbana passaram a ser tratadas numa mesma estrutura de gestão, ampliando, dessa forma, a integração entre as políticas, conforme registros identificados no site do referido Ministério (BRASIL, 2003)⁸.

Nessas condições, define-se a institucionalização do Trabalho Social, que antes era realizado a partir da avaliação de cada gestor público. O Ministério construiu uma portaria que normatizou os percentuais de recursos para este fim e determinou a obrigatoriedade da elaboração e execução do PTS – Projeto de Trabalho Social, fato que tem muita relevância no cenário nacional, pois reflete a necessidade de viabilizar a participação das famílias afetadas antes, durante e após as obras.

⁷ Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades>>. Acesso em 09 fev. 2019.

⁸ Disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1395>>. Acesso em: 09 fev.2018.

Nesse sentido, a política pública urbana brasileira alia arcabouço legal e estrutura de planejamento e implementação de programas e projetos com vistas ao desenvolvimento urbano. Essas ferramentas se configuram como base importante para que avanços na gestão e implementação de ações na perspectiva de garantir o direito à cidade, numa perspectiva holística e integrada.

A Política Nacional de Habitação de Interesse Social (PNHIS) traz o conceito de moradia digna de forma clara. Entende-se por moradia digna aquela que oferece condições de salubridade, segurança, conforto, acesso aos serviços públicos básicos e que esteja livre de qualquer discriminação, no que se refere à habitação ou à garantia legal da posse. A ausência de planejamento e integração das políticas urbanas compromete a vida nas cidades, que tem se mostrado cada dia insustentável.

A lei nº 11.124/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS, que estabelece num dos seus princípios, a saber: “moradia digna como direito e vetor de inclusão social”.

Essa onda de avanços interfere no orçamento federal que destina recursos importantes para a urbanização das cidades por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, em 2007.

O Ministério das Cidades foi o gestor de programas relevantes no país, em destaque, o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários e Saneamentos para todos, que por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mobilizou R\$ 110,9 bilhões para infraestrutura urbana e social, conforme do relatório do Balanço do PAC, entre os anos de 2015 a 2018⁹.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO NA BAHIA-SALVADOR

⁹ Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/divulgacao-do-balanco>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

Conforme dito no capítulo anterior, no Brasil a industrialização foi um marco para o movimento de migração da população para os centros urbanos. No caso da Bahia, não foi diferente, também, na segunda metade do século XX, devido à rápida industrialização, parte das cidades baianas atraiu, para a área urbana, grande parte da população rural.

Nessa época, a capital industrial brasileira, até então localizada, predominantemente, em São Paulo, dava seus primeiros passos no sentido tendencial de ampliação em direção a outras regiões. Na década de 50, a Cidade do Salvador seguia para constituir um dos primeiros centros nordestinos no curso desse movimento, com a instalação da Companhia Hidroelétrica de São Francisco - Paulo Afonso, no interior do Estado da Bahia, e das primeiras operações da Petrobras, na região metropolitana de Salvador, que impulsiona novos investimentos para a região. A operação dessas duas grandes estruturas industriais, intensificou a migração, gerando um desequilíbrio no ordenamento do espaço das cidades (GORDILHO-SOUZA, 2008).

A autora destaca, ainda, que, na cidade de Salvador, o crescimento demográfico, segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), entre 1940 e 1950, havia ampliado em 44%, alterando de 290.443 habitantes, para 417.235. No entanto, as intervenções do estado eram incipientes e limitavam-se às orientações quanto à forma de construir as edificações e medidas para combater as epidemias.

Nesse sentido, destaca-se a segregação espacial, a partir das classes sociais, em que ricos e pobres ocupam diferentes espaços públicos nos centros urbanos. O solo torna-se propriedade privada, de pequena parte das ricas famílias soteropolitanas, e a ocupação informal dos espaços, de menor valor de mercado, era estimulada como forma de ampliar a valorização. Os bairros populares ocupavam áreas de vales e charcos (GORDILHO, 2008).

Esse quadro leva a ocupação do centro da Cidade de Salvador de forma desigual. Milton Santos (2012) descreve nos estudos sobre a representatividade desse centro, a partir da construção de casas com estruturas altamente abastadas, na Barra e Graça, enquanto, os mais pobres ocupavam os espaços vazios, invadidos sobre manguezais e encostas

(SANTOS, 2012).

(...) Obras de urbanismo com as demolições de imóveis existentes; o crescimento da população; leis de emergência a criarem ambiente de insegurança e, sobretudo, de sacrifício à classe dos proprietários; a ausência de crédito, vez que os bancos da praça não operavam a longo prazo, a favor da propriedade do imóvel; a insegurança judicial nas execuções relativas à propriedade do imóvel; a insegurança judicial relativas a propriedade (NEVES, 1885, p.70).

No que se refere à análise dos impactos da industrialização e a migração das populações para a cidade, destaca-se a intervenção do estado, que gerou novos problemas, pois expulsou moradores de baixa renda do centro urbano e priorizou o comércio e prestadores de serviços. Além disso, aumentou os valores dos terrenos, os quais foram adquiridos por camadas mais abastadas da sociedade (GORDILHO-SOUZA, 2008).

Se existe “déficit habitacional”, é porque grande parte da população urbana brasileira está excluída do mercado de produção de moradia. São duas as razões: 1) de um lado, uma distribuição profundamente desigual da renda que é gerada na economia e; 2) de outro lado, as condições que regem a produção capitalista de moradias no Brasil, que impõem um elevado preço ao direito de habitar a cidade (RIBEIRO; PECHMAN, 1983, p.09).

A expulsão das famílias, do centro das cidades, acarretou a ocupação de parte expressiva das encostas e das periferias. Assim, os desmatamentos das áreas verdes deram lugar à construção de imóveis de padrão construtivo bastante precário, desestabilizando as contenções naturalmente existentes, e isso, somado à ausência dos serviços de infraestrutura, compromete a qualidade de vida da população (GORDILHO-SOUZA, 2008).

Nessa perspectiva, Lipietz (1996) discute sobre a relevância dos aspectos de infraestrutura urbana que impactam na característica econômica da cidade, ao afirmar que:

O saneamento e urbanização de bairros populares, o desenvolvimento de espaços verdes ou implantação de parques e de atividades culturais, um bom sistema de transporte coletivo: tudo isto não é um luxo social e ecologista, mas sim uma condição de desenvolvimento econômico (LIPIETZ, 1996, p. 16).

O breve e sintético contexto histórico apresentado, busca possibilitar a compreensão do leitor a partir de um cenário complexo construído na cidade

de Salvador, onde a ocupação dos espaços não considerou os direitos dos cidadãos e sim a capacidade de pagar por espaços privilegiados.

Segundo Gordilho-Souza (1993)¹⁰,

Para Salvador, tem-se que, de 1981 a 1991, a área ocupada por invasões representou quase 40% (575,95 ha) do total de ocupação até então registrada para esse tipo de moradia, desde a primeira ocorrência em 1946, o que corresponde a 1.473,06 ha (GORDILHO-SOUZA, 1993, p. 98).

De posse desses dados, a autora enfatiza que

(...) esse percentual é muito maior, abrangendo outras formas de ocupação habitacional informal e uma complexidade de situações que também poderiam ser consideradas favelas, entendidas como áreas habitacionais precárias de ocupação ilegal. (GORDILHO-SOUZA, s/d, p.75)

De acordo com a Tabela 1, Salvador ocupa o *ranking*¹¹ de segundo lugar do país, com este tipo de ocupação:

Tabela 1 - Capitais com maior percentual da população total morando em favelas

Cidade	Percentual	Número
Belém/PA	54,48%	758.524
Salvador/BA	33,07%	882.204
São Luís/MA	23%	232.912
Recife/PE	22,85%	349.920
Rio de Janeiro/RJ	22,16%	1.393.314

Fonte: adaptado do site do jornal *Correio 24 horas*.

¹⁰ Cadernos Metrópole - n. 5.

¹¹ Substantivo masculino. Lista ordenada segundo determinados critérios ou parâmetros. "ranking", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/ranking>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

Tabela 2 – Estados com maior números de favelas

Estado	Número favelas
São Paulo	2.087
Rio de Janeiro	1.332
Minas Gerais	372
Pernambuco	347

Fonte: adaptado do site do jornal *Correio 24 horas*.

Tabela 3 – Estados com mais moradores em favelas

Estado	Número de moradores
São Paulo	2.715.067
Rio de Janeiro	2.023.744
Pará	1.267.159
Bahia	970.940

Fonte: adaptado do site do jornal *Correio 24 horas*.

Analisando as Tabelas 2 e 3, respectivamente, observa-se ainda, que a pesquisa revela, também, que a Bahia é o quinto maior estado em número de favelas, e o quarto, em número de moradores em favelas. Esse quadro justifica as intervenções públicas que vêm sendo desenvolvidas no estado.

A partir da participação da gestão e execução em Projetos Urbanos para ampliação dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e intervenções para urbanização de assentamentos precários, na Bahia, verifica-se que os territórios vivenciam dificuldades muito semelhantes, a saber: a problemática das questões relativas a infraestrutura urbana, padrão habitacional, saneamento básico e o manejo dos recursos naturais que interferem nas características socioambientais dos territórios e, além disso, comprometem a oferta por serviços de saúde, educação e lazer, elevando assim, o nível de violência urbana.

Esses territórios se encontram em condição de vulnerabilidade social, o que impacta diretamente na qualidade ambiental e na sustentabilidade das moradias. Entender que intervenções para o desenvolvimento local têm potencial para alterar, gradativamente, a realidade das cidades, parece indicar

um caminho eficaz, eficiente e efetivo para melhorar a qualidade de vida das populações.

Considerando o processo histórico de ocupação desordenada, no estado da Bahia e em sua capital, assim como, a omissão do poder público, isso habilita-nos, de certa forma, dizer que os desafios são grandes e complexos para reversão dos problemas que comprometem o cotidiano dos cidadãos que ocupam os grandes centros urbanos do estado.

Como se vê, existe uma relação sistêmica entre esses problemas, ou seja, eles compõem a rede da vida cotidiana dessa gente que precisa ser valorizada como cidadão. Entender a gênese dos problemas na cidade de Salvador, ampliar a visão sobre as suas consequências e traçar estratégias integradas de soluções, possibilita a construção de um novo modelo de desenvolvimento urbano, o qual incorpora e aglutina saberes que conciliam as dimensões sociais e ambientais (SUANNO, 2015; MORIN, 2009).

3. SUSTENTABILIDADE URBANA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os problemas urbanos têm origem após a industrialização, a partir da ocupação dos centros das cidades de forma acelerada e desordenada. Destaca-se nesse contexto, o capitalismo concorrencial como aspecto indutor do adensamento populacional nos grandes centros (LEFEBVRE, 2001, p. 11).

No Brasil, o processo de urbanização e o crescimento das cidades geraram impactos ambientais que podem ser justificados pela relação direta estabelecida entre o deslocamento das populações do campo para cidades e a revolução industrial. A oportunidade de trabalho nos polos industriais atraiu a força de trabalho para os grandes centros, porém, os baixos salários não possibilitaram a aquisição regular da moradia, assim, as ocupações irregulares de baixo custo são incorporados a paisagem do país.

Para Ferreira (2015), esse desequilíbrio entre crescimento econômico,

urbanização, produção agrícola, para o mercado urbano e o meio ambiente, é a síntese da insustentabilidade. Esse processo tem reflexos espacial das dinâmicas econômicas, culturais e políticas da sociedade. Por isso, no âmbito das cidades, o balanço é bastante negativo. Desde a revolução industrial, os países tiveram que arcar com o pesado custo ambiental de seu crescimento econômico, que ocorreu de mão dadas com o processo de urbanização (FERREIRA, 2015).

A urbanização que desconsidera a função social da cidade cria grandes problemas para a sociedade. Degrada o ambiente urbano. Aprofunda a desorganização social e amplia os conflitos sociais (violência), com carência de habitação, trabalho e de saneamento básico. A cidade torna-se um espaço insustentável para a qualidade de vida.

Acrescente-se a essa afirmativa, as considerações de Trigueiro (2017)¹², a saber:

A maior parte da população mundial vive hoje nas cidades – essas aglomerações de pessoas e concreto em que sobram problemas e falta planejamento. O fenômeno da urbanização acelerada, muitas vezes fora de controle, traz inúmeros desafios e uma certeza: não há solução para a humanidade que não passe necessariamente pelo ato de repensar as cidades (TRIGUEIRO, 2017).

Na perspectiva do direito à cidade, é válido propor uma articulação com o tema sustentabilidade urbana e desenvolvimento sustentável, no esforço de clarificar a compreensão sobre a necessidade de estruturar os territórios das cidades na perspectiva da justiça socioambiental.

A sociedade contemporânea utiliza o conceito de sustentabilidade com objetivos controversos. Reconhecemos a apropriação desse conceito, por parte do capital financeiro para atender a interesses privados, em detrimento dos interesses coletivos (ROCHA, 2017). Contudo, para fins de melhor estruturação desse trabalho, será considerado o conceito que mais se aproxima dos interesses coletivos.

O conceito de sustentabilidade, nos anos 70, era utilizado por biólogos para tratar assuntos relacionados à pesca, estoque e resiliência dos ecossistemas (VEIGA, 2008). Significa que é preciso utilizar recursos naturais

¹² Cidades e Soluções. Disponível em: <<https://mundosustentavel.com.br/livros/cidades-e-solucoes/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

de forma racional para garantir a manutenção dos estoques e, dessa forma, propiciar a renovação dos recursos para manutenção dos sistemas.

No entanto, em 1983, no simpósio sobre meio ambiente e desenvolvimento das Nações Unidas, realizado na Noruega, onde os conceitos relacionados ao desenvolvimento e o meio ambiente eram debatidos de forma polarizada, a expressão desenvolvimento sustentável foi utilizada para falar do desenvolvimento industrial que considera a necessidade de proteção ambiental (VEIGA, 2008, p. 38).

Como produto das discussões, foi elaborado em 1987, o “Relatório Brundtland” – Nosso Mundo Comum, que descreve o termo desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. A expressão se consolidou e foi amplamente reproduzida nas agendas ambientais do mundo. Porém, o termo desenvolvimento sustentável também trazia em si questionamentos, tendo no bojo das discussões, por parte de alguns setores, que a expressão gera o oxímoro, a crítica de que o desenvolvimento em si, pois, quando vinculado ao conceito de crescimento econômico, não poderia se dar de forma sustentável e, a partir daí, alguns intelectuais passam a adotar o conceito de sustentabilidade. No entanto, outros setores, ao diferenciar crescimento e desenvolvimento, defendem que esse pode se dar de forma sustentável.

A despeito das divergências conceituais, o fato é que encontros importantes ocorrem pelo mundo com produções que destacam as condições objetivas para a manutenção da vida na terra.

Destaca-se, em setembro de 2015, na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) ONU, a construção da Agenda 2030. O relatório foi baseado nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, a partir da ampliação da quantidade de objetivos e vinculação das suas respectivas metas. Em agosto de 2014, o GTA – ODS – Grupo de Trabalho Aberto, foi criado para a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, e compilou os aportes recebidos, finalizando o texto, e assim, a proposta foi submetida à Assembleia Geral da ONU, em 2015. Nessa conferência, surge então, o relatório denominado de Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o

desenvolvimento sustentável, ou simplesmente agenda 2030.

Os ODS são 17 objetivos que discorrem sobre os temas relacionados à erradicação da pobreza, fome zero, boa saúde e bem estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água limpa e saneamento, energia acessível e limpa, emprego digno e crescimento econômico, indústria, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, combate as alterações climáticas, vida debaixo d'água, vida sobre a terra, paz, justiça e instituições fortes, e, por último, parcerias em prol das metas.

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Relatório das Nações Unidas do Brasil

Seguindo a linha dessa dissertação, a seguir, descrevemos, no Quadro 2, os objetivos e metas relacionadas a sustentabilidade urbana.

Quadro 1 - Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo/Meta
11.1 - Até 2030 , garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;
11.2 - Até 2030 , proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;
11.3 - Até 2030 , aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países;
11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do

<p>mondo;</p>
<p>11.5 - Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;</p>
<p>11.6 - Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;</p>
<p>11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência;</p>
<p>11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento;</p>
<p>11.b - Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis;</p>
<p>11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.</p>

Fonte: Relatório das Nações Unidas do Brasil

Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável são importantes referências e norteadores para as ações nas cidades.

As conferências que ocorrem ao redor do mundo produzem resultados que oscilam entre avanços e retrocessos. Os conflitos de interesses entre as grandes corporações multinacionais, governos e os outros setores da sociedade impedem que as diretrizes e objetivos acordados sejam revestidos em ações de curto, médio e longo prazo.

Reafirmamos, aqui, a importância da consolidação do conceito de sustentabilidade e os encontros mundiais onde foram pactuados acordos para reverter a degradação ambiental do planeta. Porém, enquanto conceito, é importante compreender que a sustentabilidade deve ser entendida, como um valor que emerge de evidências reais da incapacidade dos ecossistemas em recompor os recursos utilizados de forma irracional para manter o crescimento econômico dos países (VEIGA, 2008).

Os conceitos de desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade estão longe de terem seus usos ajustados de forma consensual na sociedade, porém, serão utilizados, neste trabalho, os aspectos conceituais que emerge dos valores relacionados ao direito à cidade com justiça socioambiental que podem contribuir para a construção de uma vida justa e de um planeta saudável (VEIGA, 2008, p. 60).

3.1 ABORDAGEM SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Para fins de situar o leitor quanto aos conceitos utilizados nas últimas seções, será realizada uma breve síntese sobre os conceitos de desenvolvimento desse trabalho. Porém, não há interesse de aprofundar conhecimentos sobre esse aspecto, apenas ilustrar superficialmente as diferentes concepções ao longo da história.

Essa seção inicia-se com uma interessante constatação. Do ponto de vista histórico, o uso do termo desenvolvimentismo, para conceituar um modelo de gestão do Estado que visa superar o subdesenvolvimento, tem início em 1930, período em que se registra o avanço no processo de industrialização no Brasil. Portanto, o desenvolvimento das cidades, fundamentado no modelo de progresso econômico, sem considerar os aspectos sociais e culturais, na visão difusionista, conforme descreve Servaes (2004), direcionou as ações do estado, principalmente a partir do fenômeno da industrialização (SERVAES, 2004). Em 1940, apoia-se no discurso da modernização, vinculados ao mesmo objetivo, acabar com o atraso e subdesenvolvimento no Brasil.

Fonseca (2015) destaca que o conceito de desenvolvimentismo pode expressar uma ideologia ou um modelo de gestão do estado, enquanto fundamento de políticas públicas. Conforme afirma Bielschowsky (1988), desenvolvimentismo é a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional através da espontaneidade das forças de mercado, e por isso, é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos

de promoção dessa expansão; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente (BIELSCHOWSKY, [1988] 2015).

Ainda, numa perspectiva difusionista — em 1960, era a dependência aos países centrais, a forma para alcançar o desenvolvimento. Nessa perspectiva, o governo defende que o modelo para o desenvolvimento do Brasil se sustentará a partir da relação direta e subordinada aos países centrais.

Nota-se que os conceitos refletem uma visão compartimentada da sociedade, já que os aspectos relacionados a superação da pobreza, desigualdade social e o uso irracional dos recursos naturais são desconsiderados.

Contudo, segundo Servaes (2004), existe outro modelo de desenvolvimento participativo que é integral e sustentável. Esse último se apresenta como alternativa para reverter os impactos gerados pelos modelos de desenvolvimento que privilegia aspectos econômicos em detrimento dos outros elementos da sociedade (SERVAES, 2004).

O desenvolvimento participativo é aquele que é gerado para a satisfação de necessidades, a começar pela erradicação da pobreza. Este desenvolvimento, consoante o que nos diz Peruzzo (2017), é endógeno e autônomo e deve estar em harmonia com o meio ambiente (PERUZZO, 2017). Não existe coesão sobre esse conceito entre os cientistas. Para ilustrar, já apresentamos críticas que são realizadas por ambientalistas que avaliam o conceito como impróprio para se referir aos aspectos do meio ambiente, afirmando que desenvolvimento e sustentabilidade são aspectos antagônicos. Para fins desse trabalho, entende-se que só há desenvolvimento quando ele incorpora os principais aspectos da sociedade: os seres vivos e suas relações.

Nesse sentido, defendo um modelo de planejamento das cidades que incorpore o desenvolvimento na perspectiva do bem viver dos cidadãos, conceito em construção, mas que no contexto contemporâneo aglutina os aspectos sociais e ambientais, os quais consideramos, elementos basilares

para a construção de uma sociedade mais justa.

Larrea (2010) faz importantes críticas ao conceito de desenvolvimento devido as implicações coloniais, além dos vínculos com o capitalismo e propõe como forma para superação a via do bem viver. As críticas são pautadas na análise unilateral do conceito de desenvolvimento alicerçado em questões econômicas (LARREA, 2010). Assim, acreditamos na política pública que incorpore como objetivo o bem viver, pois o conceito agrega as pessoas e a natureza como sujeitos para a consolidação das ações públicas. “O bem viver propõe a incorporação da natureza na história, não como fator produtivo nem como força produtiva, senão como parte inerente ao ser social” (DÁVALOS, 2008).

3.2 A CIDADE COMO MEIO AMBIENTE CONSTRUÍDO

A Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo Art. 225 impõe, explicitamente, ao poder público, a obrigação de prover os meios necessários para a defesa dos interesses coletivos, ao estabelecer:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1998).

A cidade, como meio ambiente construído ou modificado pelo ser humano, necessita das intervenções do Estado na regulação desse uso e na promoção de intervenções, para sanear, no sentido de tornar são, o espaço para a manutenção da vida em todas as suas dimensões.

Este aspecto também é comentado por Figueiredo (2008), que complementa essa abordagem e discorre, de forma mais complexa, sobre o meio ambiente:

Com efeito, o meio ambiente não é constituído apenas pela biota (solo, água, ar atmosférico, fauna e flora) – o aspecto que se convencionou chamar de meio natural – mas, também, pelo meio ambiente cultural (os bens de natureza material e imaterial – patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico – tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade), pelo meio ambiente construído (urbano ou rural) e pelo meio ambiente do trabalho – aspectos do meio ambiente que poderiam ser classificados artificiais (FIGUEIREDO, 2008, p. 39).

Acreditar que o direito à cidade se materializa necessariamente quando a cidade é pensada de forma democrática e inclusiva, a partir da construção de territórios (bairros), cujos principais direitos sociais dos moradores sejam reconhecidos e considerados, parece ser um caminho razoável para manter uma atuação crítica e ativa em defesa da articulação de políticas públicas urbanas. Para isso, reconhecer os limites dos naturais, é fundamental para mudar a forma de pensar a cidade. Nesse sentido, a Agenda 21, em seu artigo 7, já descreve a necessidade do planejamento ambiental, como forma de enfrentar a pobreza, a partir do planejamento das cidades, como espaço construído.

Os desafios da implementação dos Projetos Urbanos são reconhecidos historicamente, desse modo, podemos dizer que a Agenda 21 Global e a Agenda Habitat contribuíram para a elaboração da Agenda 21 Brasileira, especialmente, no que tange ao eixo temático denominado Cidades Sustentáveis. Incorporando os objetivos que se referem à promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos. O documento apresenta propostas no sentido de introduzir a dimensão ambiental nas políticas urbanas existentes ou a serem formuladas.

As inquietações que possibilitaram a construção desse trabalho têm como pano de fundo uma premissa: as políticas públicas urbanas podem contribuir para a construção de territórios mais justos do ponto de vista social e ambiental, contudo, é necessário repensar o modelo de desenvolvimento que opera a estruturação dos espaços urbanos que constituem a cidade.

4. POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA – SEDUR E CONDER

4.1 FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR) E DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (CONDER)

Os Programas e Projetos voltados para o desenvolvimento urbano do

estado da Bahia são de competência da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado (Sedur), criada pela Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002. A Sedur, no período de 2003 a 2016, visando ampliar a sua abrangência, passou por onze modificações¹³. Essa secretaria tem por finalidade formular e executar as Políticas de Desenvolvimento Urbano, de habitação de Interesse Social, de Mobilidade Urbana e Interurbana e o manejo de resíduos sólidos e das águas pluviais urbanas, bem como a assistência técnica aos municípios, no âmbito do Estado da Bahia¹⁴. Atualmente, a atuação da Sedur atua na área de planejamento, monitoramento e avaliação da política pública de desenvolvimento urbano, enquanto que a execução é realizada pela Conder.

O Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo – Conder, foi criado em 09 de julho de 1967, como órgão responsável pela administração de parques e jardins de Salvador. Em 1970, passa a ser denominada Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, após a liquidação da Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A (URBIS), pela lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998. A Conder, agora denominada Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, assume a execução das políticas governamentais responsáveis pelos conjuntos habitacionais e expansão urbana na Bahia. A Conder também assume os ativos, passivos e corpo funcional dos empregados da Urbis.

Considerada a empresa pública de referencia, para a execução de obras da cidade, a Conder executa parte importante das intervenções por meio da parceria com o governo federal, que, nos últimos 12 (doze) anos, disponibilizou investimentos significativos de recursos financeiros, com vista a redução do déficit habitacional, mobilidade urbana, requalificação do centro histórico, além da urbanização/requalificação de assentamentos precários em Salvador.

Segundo relatório elaborado pelo Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na Bahia, entre os anos de 2007 e 2010,

¹³ Leis nºs 8.628 de 05 de junho de 2003, 9.388, de 20 de janeiro de 2005, 10.704, de 12 de novembro de 2007, 11.041, de 07 de maio de 2008, 11.172, de 01 de dezembro de 2008, 11.361, de 20 de janeiro de 2009, 11.471, de 15 de abril de 2009, e pelas Leis nºs 12.602, de 29 de novembro de 2012, 12.911, de 11 de outubro de 2013 e 13.204, de 11 de dezembro de 2014, e pelo Decreto nº 16.655, de 22 de março de 2016.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.sedur.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>> Acesso em: 09 jan. 2018.

foram alocados R\$ 622.700 milhões para este programa. Somados a esses valores, em 2011, mais R\$ 3.678,17 foram destinados para a produção habitacional e urbanização de assentamentos precários. O relatório apresenta ainda que até 2014, os valores destinados para esses serviços chegaram, no total, em solo brasileiro, aos R\$ 1,52 bilhão (BRASIL, PAC 2007-2010).

4.2 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – INSTRUÇÕES NORMATIVAS

O direcionamento dos investimentos para as ações urbanas reflete o reconhecimento do passivo da atuação do Estado, enquanto responsável pela promoção de políticas públicas. Para possibilitar que as etapas de execução dos serviços alcancem os objetivos previstos, o Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação, determina que as ações desenvolvidas com os recursos do Governo Federal obedeçam às diretrizes definidas nas Instruções Normativas (IN), disponibilizadas no momento da captação de recursos. Para exemplificar: o Manual de Serviços Urbanos/2012¹⁵, lançado pelo Ministério das Cidades, em 2012, traz orientações objetivas para a consolidação de boas práticas, por parte dos municípios e estados, na execução das ações propostas. As instruções prescrevem todos os procedimentos a serem adotados para a realização dos serviços que compõem as três áreas envolvidas: requalificação urbana, trabalho social e regularização fundiária. Esses procedimentos têm como propósito qualificar o espaço urbano.

Os normativos, elaborados pelo Ministério das Cidades, integram orientações importantes, com vistas a qualificar as intervenções, dentre elas:

- que sejam criados espaços para a participação da população beneficiária, durante todas as etapas das intervenções; que as intervenções sejam adequadas às demandas dos moradores;
- que as áreas de intervenções sejam de propriedade do ente público, ou seja, áreas cuja titularidade seja identificada e os procedimentos para a regularização fundiária tenham sido adotados;

¹⁵ BRASIL. Ministério das Cidades. Manual de Infraestrutura Urbana. Disponível em: <http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2015/11/MANUAL_INFRAESTRUTURA_URBANA_-_1D73_2012.pdf>. Acesso em: 09 jan.2019.

- que sejam realizados diagnósticos socioeconômicos que possibilitam o conhecimento das características locais que servirão de base para definição dos projetos e obras;
- que sejam utilizadas tecnologias que visem à conservação ambiental, tais como: uso de energia solar, uso de canais descobertos para escoamento das águas de chuva (BRASIL, 2012).

Essas orientações estão descritas nas instruções normativas do Programa e caso fossem implementadas, na prática, ampliariam os resultados e impactos positivos, alcançados pelo Programa de Aceleração do Crescimento, no eixo de Requalificação Urbana.

Ocorre que, embora sejam reconhecidos pelos atores sociais (acadêmicos e políticos), os avanços no sentido da ampliação de recursos investidos na requalificação dos assentamentos precários, a questão urbana, enquanto política social, continuam desafiando gestores, profissionais técnicos e sociais que compõem as diversas facetas dessa realidade. Como diria Maricato (2011):

Impossível não reconhecer que se constituiu algo novo na gestão de muitas cidades brasileiras por meio de um conjunto de práticas e programas urbanos que buscavam requalificar áreas de moradia precária (envolvendo arquitetura, urbanismo, saneamento, meio ambiente, assistência social) e produzir novos espaços de inclusão social e política (MARICATO, 2011, p. 144).

O ponto de partida, para a implementação das intervenções, é o documento diagnóstico elaborado pela equipe técnica social do tomador de recursos, neste caso, a Sedur/Conder e deve ser apresentado para o Gestor de Aplicação, a Caixa. O relatório do diagnóstico é construído da sistematização das informações, a partir da selagem, que é o processo de identificação numérica dos imóveis que compõem a Poligonal de Intervenção Física – PIF, recorte do território a ser afetado pelas intervenções públicas. Em seguida, é realizado o cadastramento sócio-econômico dos núcleos familiares que residem nos imóveis previamente selados. Para as modalidades de requalificação urbana e construção de unidades habitacionais é obrigatório o cadastro censitário da poligonal.

O diagnóstico apresenta de forma descritiva, as características físicas, sociais, culturais, econômicas e ambientais de um território, e da população,

direta ou indiretamente afetada, para avaliação do processo de enquadramento - se a área proposta atende aos critérios daquele território, no Programa (BRASIL, 2016).

Itens obrigatório do diagnóstico:

- Identificação: dados da intervenção, da equipe técnica, do órgão responsável;
- Dados da intervenção: síntese da intervenção que demanda Trabalho Social;
- Caracterização socioterritorial: que poderá ser obtida a partir de dados secundários, abrangendo área de intervenção; descrever forma e tempo de ocupação, características gerais das habitações e dos serviços públicos e equipamentos comunitários existentes; tipos de situação de risco; a população: informar o quantitativo de famílias e seu perfil socioeconômico, apresentando dados sobre faixas de renda, faixa etária, escolaridade, entre outros dados considerados importantes;

Em alguns territórios, a partir do prazo estabelecido para a conclusão do documento, são realizadas oficinas para identificação das demandas e potencialidades dos moradores. Os dados quantitativos e qualitativos coletados são somados aos dados secundários, existentes em sites confiáveis, a exemplo do IBGE, Secretaria de Habitação (Sehab), Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) e Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), com o objetivo de levantar e sistematizar informações para possibilitar o retrato do território.

Para a elaboração do diagnóstico, é realizada a aplicação de questionários semiestruturados, visitas técnicas para observação dirigida, reuniões com os moradores e a sistematização das informações, das mais variadas metodologias qualitativas, a exemplo do grupo focal, Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e o Biomapa¹⁶ (BRASIL, 2009).

¹⁶ É uma metodologia participativa utilizada na etapa de sensibilização, diagnóstico, planejamento e gestão das ações em uma determinada localidade. Consiste na elaboração de mapas com a participação e o conhecimento da comunidade, do governo local e de técnicos para identificar e entender os vários elementos biofísicos e socioculturais de um determinado ambiente. [...]

As metodologias qualitativas citadas estão detalhadas no Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento¹⁷ — PEAMSS, lançado em 2009, por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (GTIEAMSS).

Como já mencionado, a elaboração do diagnóstico deve marcar o início das intervenções nos territórios, após aprovação a viabilidade técnica e financeira dos Projetos físicos, sociais e de regularização fundiária. Ato contínuo, o proponente faz a inscrição do território, com vistas à seleção da comunidade para receber investimentos de requalificação urbanística, no sistema eletrônico do Ministério das Cidades, disponível em seu sítio eletrônico¹⁸, onde preenche a Carta Consulta ou Consulta Prévia - formulário específico elaborado pela CAIXA, que apresenta de forma descritiva as ações e, também, os custos previstos para a execução do projeto que se pretende contratar.

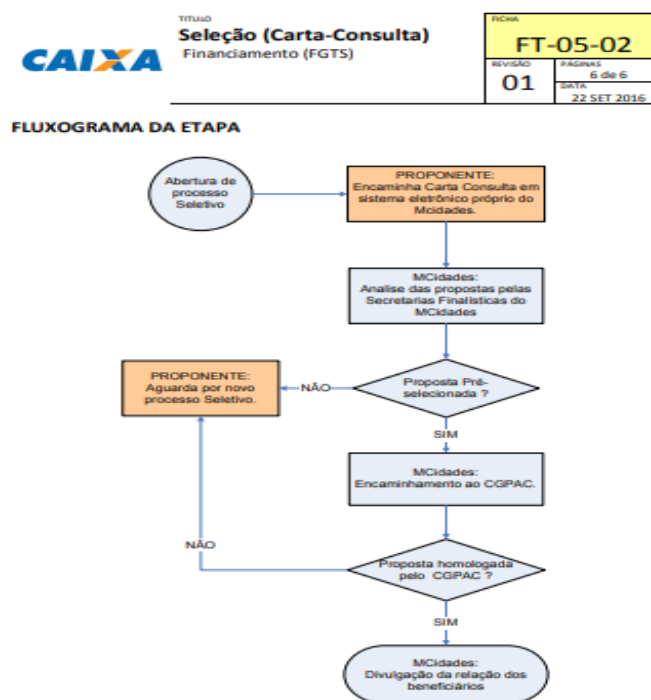
O processo de seleção das comunidades, passíveis de serem contempladas com investimentos para requalificação urbanística, é feito pelo Ministério das Cidades, conforme já fora dito, por meio da publicização¹⁹ da existência das possibilidades de contratações, nos sites oficiais do Ministério, conforme fluxograma:

¹⁷ Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/publicacao/20_publicacao_060620_11041901.pdf >. Acesso em: 13 jan. 2019.

¹⁸ www.cidades.gov.br

¹⁹ Ação ou resultado de tornar público, de dar publicidade.

Figura 2- Fluxograma da etapa



Fonte²⁰: Site da Caixa Econômica Federal

Após seleção do território para recebimento de recursos, os projetos arquitetônicos básicos e executivos são apresentados e analisados pela Caixa, depois da aprovação do projeto, elabora-se o Termo de Referência (TR) para licitação das obras. Em seguida, o processo licitatório é validado pela Caixa que remete ao Ministério das Cidades, solicitando Autorização para Início das Obras (AIO). Nesse contexto, também devem seguir esse mesmo fluxo os Projetos de Trabalho Social e Projeto de Regularização Fundiária.

Durante o processo de análise e ajuste dos projetos, os cronogramas devem ser compatibilizados, com vistas a garantir o acompanhamento do trabalho social nas fases pré-obra, obra e pós-obra, no caso de não haver a construção de unidades habitacionais e caso haja, pós-ocupação.

Além da compatibilização dos cronogramas, outros processos são interdependentes. Nessa perspectiva, como exemplo, destacamos as atividades da selagem, a identificação numérica dos imóveis. Tudo isso é necessário para possibilitar o georreferenciamento dos dados da poligonal no Sistema de Informações Geográficas do Estado da Bahia (INFORMS), servindo de base para a realização do cadastramento das famílias. Essas informações

²⁰ Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/guia_caixa_operacoes_de_governo_volumell/FT-05-02-SelecaoCartaConsulta-rev_02.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

são condição para o processo de regularização fundiárias das unidades habitacionais para subsidiar as dimensões e características do imóvel que será registrado em cartório. Diversas outras etapas estão diretamente relacionadas. Os desafios são grandes. São territórios com características físicas, culturais, sociais e ambientais específicas, fato que amplia a complexidade da gestão e execução desses projetos. Na próxima seção, descreveremos sobre a estrutura existente na Conder, em especial, na DIHAB para a compressão de como se dá a elaboração e execução dos Projetos dentro da diretoria.

4.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DIRETORIA DE HABITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA CONDER – DIHAB

No contexto atual, a participação da Conder na execução desse projeto será visualizada nos parágrafos seguintes, identificando-se os setores distintos e suas competências, para um melhor entendimento.

- **Coordenação de Projetos — COPRO**

A equipe da Coordenação de Projeto é composta por arquitetos, biólogos e urbanistas que são responsáveis pela elaboração dos projetos arquitetônicos e realização de todos os estudos necessários para viabilizar, do ponto de vista técnico e financeiro, a execução dos serviços em cada território. Essa equipe elabora os projetos e, em seguida, encaminha para análise e aprovação da Diretoria de Habitação e Urbanização Integrada — DIHAB, que deve apresentar a Diretoria da Presidência da empresa e somente depois para enviar a Caixa.

- **Superintendências de Obras**

Equipes constituídas por engenheiros e urbanistas que, por sua vez, recebem os projetos aprovados e licitados para iniciar a fiscalização das empresas contratadas para execução das obras.

- **Coordenação Social — COSOC**

A equipe técnica social é composta por assistentes sociais, pedagogos, sociólogos, antropólogos e psicólogos que são responsáveis pela elaboração dos Projetos de Trabalho Social, após a selagem dos imóveis, cadastro socioeconômico das famílias e construção dos diagnósticos. O relatório do

diagnóstico subsidia a elaboração dos Projetos de Trabalho Social. Esses projetos são encaminhados à Caixa para aprovação e depois licitados. Assim, as equipes iniciam o processo de supervisão das atividades previstas no cronograma de atividades.

O Trabalho Social “compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados” (Ministério das Cidades, Brasil, 2014). O objetivo superior do PTS inclui a participação social, efetivação dos direitos sociais, melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade da intervenção.

Esse setor tem o desafio de trabalhar a sensibilização sobre as questões ambientais, já que um dos eixos norteadores do PTS é a educação. Nesse contexto, são definidas ações vinculadas a macro-ação da educação ambiental.

- **Coordenação de Regularização Fundiária — COREF**

As equipes responsáveis pela regularização fundiária são compostas por profissionais das áreas de serviço social, direito e arquitetura. Essas equipes são responsáveis por identificar a dominialidade das poligonais de intervenção física para subsidiar a regularização das unidades habitacionais construídas e/ou consolidadas na PIF. Após análise da propriedade do terreno, dominialidade, as equipes também iniciam as ações relacionadas a selagem e cadastro físico para instrução do processo jurídico, que resultará no documento de posse para os cidadãos beneficiados, com unidades habitacionais construídas pelo Estado.

Nota-se que, para a execução das intervenções nos territórios, faz-se necessário a articulação de inúmeros processos, cujas etapas são diretamente relacionadas, no que se refere à ordem cronológica e produtos, uma vez que

se trata de ações no mesmo território e moradores. Os serviços executados por uma equipe dão suporte às ações das outras equipes, desse modo, a integração e os diálogos entre as etapas se configuram como aspectos estratégicos para que seus resultados sejam alcançados. É evidente que o desenvolvimento integrado dessas etapas, qualifica os resultados da execução dos Projetos.

5. DESAFIOS NOS DIALÓGOS: IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS NA CONDER

5.1 O DESCOMPASSO ENTRE OS TEMPOS

Desde o momento da abertura do processo de seleção para os municípios e estados que desejam obter recursos do governo federal para a elaboração de projetos voltados para a requalificação urbana, o cumprimento dos prazos se configura como um desafio. A Carta Consulta já solicita informações que exigem um certo grau de detalhamento sobre as características do território e concepção geral das intervenções, que, muitas vezes, não foram identificados pelas secretarias e empresas públicas, por isso, muitos itens são atendidos a partir de informações extraídas por meio de dados secundários. Dessa forma, itens, como, por exemplo, número de unidades habitacionais a ser construída, é definido sem o prévio estudo de demanda e, em alguns casos, não há possibilidade de alteração. Situação que precisa ser mediada pela equipe técnica social, além de onerar o estado, que precisa aportar mais recursos para atender as demandas reais, em alguns casos. Após seleção, é solicitado do governo a apresentação dos Projetos que ainda não foram elaborados. Nesse contexto, muitos processos são acelerados ou desconsiderados, com vista no atendimento dos prazos. Para ilustrar esse desafio, existem situações em que os diagnósticos são realizados apenas com dados secundários e algumas visitas à poligonal e as definições de projetos são realizadas sem a prévia consulta aos cidadãos. Dessa forma, a aproximação do território se dá de forma insuficiente para o conhecimento das principais dificuldades e necessidades da área, assim, a definição do destino

dos recursos públicos ocorre de forma precipitada. Durante a execução dos Projetos, outras etapas são suprimidas com vista a garantir o início ou conclusão efetiva das obras, a exemplo da definição das listas dos beneficiários. A partir do processo de selagem e cadastro, no momento da construção do diagnóstico, a listagem pode ser composta por meio da identificação dos imóveis que estão em situação de risco ou que estão em frentes de obra. No entanto, devido a necessidade tempestiva para início das intervenções, além do descompasso entre as intervenções físicas e sociais, existem casos, em que a lista de beneficiários das unidades habitacionais é construída no momento da entrega das unidades, de forma muito acelerada, restando assim, pouco tempo para a composição das listagens, o que ocasiona uma sobrecarga por parte da equipe técnica social, com todas as demandas oriundas do componente social, quando a composição da listagem deveria ser uma das primeiras ações do PTS. Esse desafio interfere nos resultados dos Projetos e evidencia a sobreposição das obras em detrimento às demais intervenções.

5.2 ARTICULAÇÃO COM A COMISSÃO TÉCNICA DE GARANTIA AMBIENTAL – CTGA

Na DIHAB não existe uma estrutura para tratar das questões ambientais dos Projetos. Cabe a COPRO atender as exigências da Caixa quanto as viabilidades: resíduos sólidos junto a prefeitura; ligações de água junto a EMBASA, dentre outras demandas, relacionadas a implantação das obras. Entretanto, não se identifica uma aproximação desses técnicos para aprofundar os conhecimentos sobre as características da paisagem e dos recursos naturais. Percebe-se que, as ações desse tema são tratadas apenas para atender as exigências dos órgãos de controle, sem, com isso, buscar ações relativas à sustentabilidade ambiental dos serviços a serem implantados.

Uma constatação importante é a ausência da incorporação de tecnologias sustentáveis nas intervenções propostas, embora, os normativos orientem sobre as possibilidades desse uso. A possibilidade de captar energia solar, a definição de projetos arquitetônicos que privilegiem a iluminação e ventilação natural, maior adequação das construções à topografia natural dos

terrenos, são iniciativas inexistentes²¹.

Outro problema é o descompasso entre a realização dos serviços e o cumprimento da legislação ambiental, ou seja, os processos devem preceder o início efetivo das obras. Atualmente, existem intervenções realizadas em Áreas de Preservação Permanente – APP, e em área de maré - faixa de domínio da união. Legalmente, as intervenções nessas áreas são admitidas, desde que sejam atendidas as condicionantes que precedem a execução efetiva das obras. Porém, os tempos são desencontrados e, em alguns casos, as condicionantes são cumpridas de forma tardia, impactando os resultados pretendidos, quanto à mitigação²² dos impactos ambientais. Atualmente, esses são processos geridos pela Comissão Técnica de Garantia Ambiental (CTGA) que fica ligado diretamente a Diretoria da Presidência (DIPRE) e trata de todos os contratos licenciáveis da Conder. A comissão tem uma atuação restrita e no momento atual cumpre apenas os procedimentos necessário aos licenciamentos. A Comissão não participa da concepção dos Projetos Urbanos, fase em que a comissão atuaria para contribuir na definição das ações necessárias a conservação do meio ambiente.

No tocante às questões ambientais, de acordo com Martins (2006), a justiça ambiental urbana e da democratização da cidade, urbanizar a favela, considerando a dimensão ambiental, assume, além do aspecto técnico e interdisciplinar, um significado político e social. Mesmo sendo possível identificar uma preocupação ambiental crescente nas urbanizações de favelas, há conflitos e tensões na articulação das agendas urbana e ambiental o que aponta para a necessidade de dar continuidade a esse debate (MARTINS, 2006).

²¹ Disponível em: <http://cidades.gov.br/ultimas-noticias/4296-colecao-cadernos-minha-casa-sustentavelamb/_publicacao/20_publicacao06062011041901.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

²² Ato de diminuir a intensidade de algo, fazer com que fique mais brando, calmo ou relaxado.

5.3 GESTÃO PARTICIPATIVA NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

Como já dito anteriormente, o diagnóstico social é o momento para os técnicos se aproximarem do território para coletar dados e conhecer, ainda que superficialmente, a realidade, as demandas e necessidades. O diagnóstico deve contribuir para a definição e planejamento adequado de todos os projetos (social, físico e de regularização fundiária).

O documento deve ser elaborado logo após a análise integrada da viabilidade técnica e financeira do empreendimento, porém, existem situações em que essas etapas são desconsideradas e os Projetos elaborados com base em dados secundários e visitas técnicas aos territórios. Dessa forma, por vezes, as intervenções são definidas sem incorporar a participação cidadã.

Essa é uma etapa de planejamento, é fundamental para o sucesso dos projetos, porém, a compreensão, a ordem de prioridade e o grau de importância de dessa etapa é muito incipiente e para os gestores, a elaboração dos projetos e licitação, com vista ao início da execução, são priorizados. A ausência nessa etapa de planejamento fragiliza os resultados da execução, além de gerar inúmeros conflitos, o que traz a insatisfação dos cidadãos, desse modo, impactando no andamento das obras.

O tempo não investido no processo de Gestão dos Projetos desencadeia uma série de problemas que, muitas vezes, inviabiliza o cumprimento dos cronogramas das obras. Assim, embora exista supremacia na execução das obras, em detrimento aos demais componentes das intervenções, há atrasos, significativos, na conclusão desses serviços, aumentando o descontentamento das famílias beneficiárias, que se frustram nas expectativas geradas.

Embora seja notória a necessidade da execução articulada dos processos, as equipes envolvidas na execução dos contratos possuem planejamentos independentes e dissociados, além de, muitas vezes, desconsiderar as características do território, sobre o qual, as intervenções serão realizadas. É identificada a preocupação precípua, no cumprimento das metas de cada setor, que se sobrepõe à análise sobre o diagnóstico, leitura da realidade.

A operacionalização dissociada, lógica setorial, é percebida pelas comunidades, que têm solicitado conhecer e participar do processo de planejamento das intervenções, com vistas a minimizar os efeitos negativos para os moradores. Seguem registros coletados nos Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Social – RATS, de alguns contratos em execução na Conder.

- *“Foram realizadas reuniões e feitas sugestões, mas nós não sabíamos o que vocês colocaram para licitar no fim das contas...”* (R. N., liderança de Alagados);
- *“É importante fazer mais reuniões com a participação dos todos os técnicos para conhecermos os detalhes do Projeto, antes da licitação”* (L. M. S., liderança de Alagados);
- *“Nós precisamos das visitas conjuntas entre a engenharia e o social, assim já se resolvi de uma vez a situação dos moradores”* (C. S., participante da Comissão de Acompanhamento das Intervenções Físicas e Social - CAISF).

O monitoramento da execução dos Projetos e respectivos cronogramas, com vistas a identificar as interfaces e melhorar o planejamento da execução de cada Projeto, configura-se outro desafio importante. Avaliamos que tanto do ponto de vista interno, estrutura da Conder, quanto externo, nesse caso, a Caixa, deviam estabelecer instrumentos eficazes e eficientes de monitoramento das ações desenvolvidas. Por fim, mas não menos importante, do ponto de vista de gestão da política pública, a avaliação é uma etapa importante e possibilita identificar as oportunidades de melhorias e desvios do Projeto. Para o Ministério das Cidades “as avaliações de programas e projetos sociais são momentos importantes do ciclo do planejamento e da intervenção pública. Significam oportunidades de reflexão crítica sobre os resultados e impactos da ação realizada e sobre os rumos dos projetos, programas e da própria política pública” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014).

Esse importante processo de trabalho atualmente é incorporado ao PTS – Projeto de Trabalho Social e os demais setores pouco contribuem e consideram a função estratégica dessa etapa. No momento da avaliação, após

a conclusão da execução dos projetos, os gestores já estão envolvidos com outros projetos e essa é uma etapa em que apenas a equipe social tem dado atenção, já que representa condição para a conclusão do Projeto Social.

Nesses aspectos, as oportunidades de melhorias são estratégicas. Dessa maneira, tratando-se de uma política pública que afeta parte importante do Estado, é importante investir em instrumentos de gestão de projetos por meio da aplicação de metodologias e sistemas apropriados. Ferramentas tecnológicas podem ser construídas para contribuir no processo de gestão, monitoramento e avaliação. Outra questão é a identificação dos gestores dos setores e diretorias, esses, além de capacidade técnica, devem ter habilidades inerentes ao cargo, com vista a atuar efetivamente como gestores públicos. No entanto, a maioria dos gestores na DIHAB prioriza as obras, muitas vezes, em detrimento às demais intervenções.

Os desafios estão colocados, construir um formato horizontal das dimensões urbanas (físicas), sociais e ambientais, resultaria em mudanças estruturais nesses processos, ampliando a satisfação dos cidadãos e qualidade ambiental dos territórios. Tais mudanças são possíveis, porém, dependem de esforço e compromisso dos técnicos e gestores.

5.4REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A despeito da ampla dos conceitos relativos à função social da terra e propriedade privada as questões relativas a regularização do espaço físico para execução dos Projetos se configura um importante desafio.

Esse é outro aspecto tratado como secundário na ordem das prioridades, para a execução das obras, é a regularização fundiária da gleba, espaço físico onde ocorrerão as intervenções. Neste caso, o Estado precisa adquirir o terreno, desapropriar ou ter autorização, quando se tratar de ente público, para possibilitar a utilização dessas áreas para execução dos serviços de infraestrutura e produção habitacional. Ou seja, é preciso ter a posse regularizada da área que será utilizada para a construção das unidades habitacionais e equipamentos públicos para depois transferir o instrumento de

posse das construções e intervenções realizadas para os cidadãos e gestor municipal. Apenas por meio desses procedimentos é possível realizar a regularização fundiária das unidades habitacionais construídas por parte das obras.

Existem cidadãos que alegam possuir propriedade de determinada área (enquanto o Estado não detém a dominialidade, isto é, a capacidade de um ente público, de ter um domínio sobre determinado bem), gerando assim, conflitos no momento de desocupar as áreas para execução das obras e, por conseguinte, atraso na entrega dos documentos de posse das unidades habitacionais.

O estabelecimento de relações horizontais entre os Projetos resultaria na entrega dos documentos de posse para os cidadãos beneficiários, porém, parte das obras executadas ainda não tiveram os seus processos de regularização fundiária concluídos.

Com esta situação, a população beneficiária é submetida a um grau elevado de insatisfação, visto que sua expectativa não foi atendida em sua plenitude, desse modo, ela recebe o imóvel, mas não tem o documento que legitime a posse.

5.5 CAPACITAÇÃO DOS GESTORES E EQUIPES TÉCNICAS

Ao longo dos últimos 09 (nove) anos de um processo intenso de trabalho, nota-se cada dia com mais intensidade e uma incipiente qualificação técnica das equipes na execução de Projetos Urbanos. Para além das deficiências na gestão, os gestores e as equipes técnicas têm pouco conhecimento sobre a amplitude do alcance das intervenções que estão envolvidos. O olhar cartesiano, muitas vezes, causa estranhamentos nas relações pessoais, porém, não é nesse campo que reside a maior dificuldade, é nas diferentes percepções sobre os processos desde a gestão, que colocam em lados opostos profissionais que deveriam ter ações complementares. Investir em qualificação profissional, do ponto de vista individual e institucional, ampliará muito o potencial das intervenções. Aumentar o repertório metodológico qualificará as etapas dos processos de trabalhos dos Projetos e reduzirá as dificuldades geradas, muitas vezes, pela incapacidade de

compreender a conexão entre as partes de cada etapa desse trabalho.

5.6 ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Esse é um desafio reconhecidos por muitos atores técnicos e sociais que militam para que as cidades sejam planejadas para todos os seus moradores. O direito à cidade mais justa e inclusiva carece de um pacto ampliado entre gestores públicos e sociedade civil. No que se refere às questões relativas aos Projetos Urbanos, as experiências nos apontam muitos desafios. Para ilustrar, destacamos os normativos que orientam que as unidades habitacionais sejam entregues em condições de habitabilidade. Para isso, além da conclusão das obras, é preciso realizar as ligações de água, esgoto e energia, assim como, viabilizar a coleta de resíduos sólidos e manutenção dos serviços implantados. Esses últimos são atribuições dos municípios. Nesses aspectos, as dificuldades são grandes e existem situações em que as unidades estão prontas e os moradores não podem ocupar, pois, as concessionárias não realizaram as ligações de água e luz. Esses são alguns desafios relacionados às articulações da política pública de habitação de interesse social e saneamento básico. É importante observar que a política pública de saneamento estabelece a necessidade de articulação com as ações de desenvolvimento urbano conforme Lei nº 11.445/2007, no seu artigo VI:

articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante (BRASIL, 2007).

Contudo, na prática, isso não tem ocorrido. As famílias são reassentadas para o novo ambiente e existem ações pouco efetivas relacionadas à educação para a sustentabilidade, na perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais e redução dos resíduos sólidos, por exemplo. Assim, a equipe social precisa apreender esse conteúdo para contribuir com mais essa demanda. Nesse aspecto, a articulação junto as Secretárias Municipal e Estadual de Meio Ambiente possibilitaria a implementação dos Programas de Educação Ambiental existentes no estado da Bahia.

Os cidadãos ocupavam áreas de risco e na maioria dos casos não

assumiam os custos com esses serviços (água, luz, esgoto, limpeza urbana). No momento dos reassentamentos, esses custos passam a ser incorporados ao orçamento familiar, por isso a necessidade articular outras políticas públicas para socializar informações sobre esses usos, com vista a contribuir para a sustentabilidade desses novos espaços. Outra demanda é a articulação com as políticas de Assistência Social, pois, as demandas sociais dos cidadãos não se esgotam por meio da urbanização do território.

Por fim, para ampliar a capilaridade e potencial das intervenções urbanas, é imperativo a articulação com outras ações governamentais.

6. MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Os projetos urbanos, executados na contemporaneidade, são marcados por muitos avanços se considerarmos os investimentos realizados e as instruções normativas orientadas pelo Ministério das Cidades. No entanto, entre as orientações e regras pactuadas junto ao ministério, do momento da captação de recursos até a execução das ações efetivas nos territórios, existem dificuldades operacionais, de um ponto de vista prático.

Os desafios se iniciam desde o planejamento das ações. Os estados e municípios, em sua grande maioria, não possuem banco de projetos, dessa forma, no momento em que o Ministério das Cidades disponibiliza recursos, os mesmos são solicitados para execução de ações em territórios, sem que se tenha sido, realizada uma análise criteriosa de viabilidades técnicas e financeira, além do estabelecimento de diálogo com os moradores a serem afetados.

As orientações são claras e de fácil aplicação. Os desafios ficam reservados ao campo da materialidade. A Caixa, no papel de administradora dos recursos, tem dificuldade de monitorar o cumprimento das orientações, fato que compromete a relação estabelecida entre o ente público e a população afetada pelas intervenções no estado.

O desenvolvimento das cidades e a integração das políticas de requalificação urbanística dependem da articulação de saberes. Olhar as

intervenções de forma integrada, articulada e holística potencializa os seus resultados.

Assim, pressupõe-se que o diálogo entre as dimensões sociais e ambientais, no interior dessas intervenções, pode contribuir para o desenvolvimento socioambiental dos territórios. Nesse sentido, a lógica de desenvolvimento local não deve ser entendida por meio apenas da execução de serviços físicos – construções de sistemas e equipamentos mais econômicos e/ou rentáveis para os construtores, as ações devem ser gestadas e executadas de forma que possa garantir convergência e integração entre os aspectos sociais e ambientais da realidade dos territórios.

Os esforços enviados pelo Ministério das Cidades têm resultados parciais, uma vez que, parte das orientações deliberadas é considerada apenas durante as etapas de captação de recursos. Na execução efetiva, muitos compromissos se perdem por não serem cumpridos, e, a fiscalização, responsabilidade da Caixa, nesse contexto, é muito grande, porém, não existe estrutura de acompanhamento efetivo dessa mesma fiscalização.

A complexidade e a diversidade nas características de cada poligonal de intervenção física demandam de planejamento e execução integradas, considerando que estão envolvidos quatro setores distintos da Companhia, com atribuições também distintas, isto é, subdivididas em macroações a serem executadas.

A interação, defendida por meio dos diálogos, vai além da esfera da companhia, na medida em que envolve não só os atores da empresa. Existe o envolvimento dos atores externos, como, por exemplo, as famílias beneficiárias, as famílias do entorno da poligonal de intervenção, as empresas contratadas, governos estadual, federal e municipal, organizações sem fins lucrativos, instituições financeiras, ou seja, todos envolvidos, direta ou indiretamente no processo.

É oportuno registrar que mudanças foram sendo construídas ao longo dos anos, por meio da incorporação do Trabalho Social e das ações de regularização fundiária. A questão atual é o como esses processos ocorrem e se relacionam.

O pano de fundo para análise de todos esses desafios é a visão de que a cidade é um espaço público e por isso deve garantir esse espaço para o bem viver dos habitantes. Proponho que, para além das questões materiais, é necessário considerar as questões sociais, ambientais e políticas.

Desse modo, entende-se que a implementação de intervenções no espaço urbano ampliará seu potencial de interferência na qualidade de vida das pessoas e dos territórios, a partir do momento em que for capaz de incorporar o planejamento e execução integrados das ações urbanas (físicas) às intervenções sociais e ambientais, logo, que os diálogos sejam construídos.

7. ESTUDO DE CASO: PROJETOS URBANOS EM ALAGADOS, SALVADOR, BAHIA.

7.1 DIREITO À CIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES

A constatação que a problemática urbana tem origem na industrialização, argumento que justifica a transformação da sociedade no século XX, é o ponto de partida para refletir as questões relativas ao direito à cidade. Nesse sentido, Lefebvre (2011) descreve aspectos filosóficos e antropológicos que norteiam as necessidades individuais e sociais, as quais determinam a sociedade urbana (LEFEBVRE, 2011).

Se existe o reconhecimento de que a industrialização determinou os problemas da urbanidade com os quais convivemos até hoje, faz-se necessário reconhecer o papel do Estado como agente promotor das políticas públicas na mitigação dos efeitos negativos desse processo na vida cotidiana dos cidadãos. Nessa perspectiva, os direitos sociais assumem o protagonismo como condição na direção do direito à cidade.

Esses direitos quando não efetivados se traduzem em carências. Nesse sentido, o construir e o habitar, sob o olhar dos moradores, assumem outras dimensões, para além das físicas e urbanas. Jesus (1960) consegue fazer essa relação ao agregar cor e cheiro à fome e ao barraco onde vive com a sua família, no momento mesmo em que escreve: “Eu sou negra, a fome é amarela e dói muito” (JESUS, 1960). Essa obra foi publicada em 1960, no entanto, registros diários de ocupantes de territórios urbanos na Bahia, em 2018, reproduzem essas mesmas narrativas. Basta nos aproximarmos do cotidiano

das famílias que ocupam bairros como Alagados em Salvador, caso apresentado na próxima seção.

Ao analisar a obra dessa autora, questões como lugar, habitar, pobreza e desigualdade social tornam-se dimensões indissociáveis para a reflexão sobre o conceito de direito à cidade, o qual foi fortemente preconizado na Constituição Federal de 1988.

Figura 3 - Quarto de despejo



Fonte: Disponível em: <<https://www.google.com.br/imagem>>. Acesso em: 28 out.

As experiências da pobreza (sentida e observada) no barraco, por Carolina de Jesus, na favela onde habitava, é um exemplo da falta desses princípios, e alerta para o nível de vulnerabilidade social, de famílias que ocupam os “assentamentos precários”, nas grandes metrópoles, onde estão expostas.

Nesse sentido, o registro da escritora semianalfabeta e negra, que mais vendeu livros no Brasil nos anos 60 (registros da Empresa Brasil de Comunicação), evidencia, no livro *Quarto de Despejo* (1960), escrito a partir dos registros dos seus dias, em um diário, entre os anos de 1955 e 1960, a vida cotidiana dos ocupantes de “assentamentos precários” no Brasil.

Essas reflexões preliminares são fundamentais para o estabelecimento de relação de empatia e respeito sobre o objeto das intervenções para o desenvolvimento urbano na Bahia. O assim denominado “assentamento precário” de Alagados foi selecionado para a execução dos Projetos de

Requalificação Urbanísticas, realizados com recursos dos governos federal e estadual, e essas intervenções serão analisadas como forma de subsidiar os aspectos trazidos no bojo dessa dissertação. Antes da análise propriamente dita das intervenções e seus resultados em Alagados, serão apresentados aspectos históricos da sua consolidação enquanto ocupação urbana na próxima seção.

7.2 HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DE ALAGADOS

A ocupação de Alagados surgiu no final da década de 1940 e se deu numa região de Manguezal, localizada na península de Itapagipe, costa marítima situada na Baía de Todos os Santos. Até 1946, a península de Itapagipe era uma região praticamente desabitada, “caracterizada pela presença de aldeia de pescadores e casas de veraneio, de famílias abastadas da cidade” (Aliança de Cidades, 2008).

Com o início do processo de industrialização em Salvador, que ocorreu no final do século XIX, a Península de Itapagipe passa a receber algumas indústrias, e com essa tímida movimentação industrial da região, associada à instalação da ferrovia, diversos trabalhadores foram atraídos pela possibilidade de emprego e moradia.

Figura 4 – Salvador, Bahia, Alagados, 1930 - os bairros da Enseada dos Tainheiros. Base: Mapa da Enseada dos Tainheiros – situação da ocupação humana em 1930 – Prefeitura Municipal do Salvador.



Fonte: Os Alagados da Bahia: Intervenções Públicas e Apropriação Informal do Espaço

Urbano – Salvador: UFBA/FAUFBA, 2002 – Eduardo Teixeira de Carvalho. p. 307.

Como se vê, a figura acima representa o mapa de delimitação da ocupação de Alagados, definido em 1973. Carvalho (2002), ao fazer a localização da ocupação de Alagados, consegue esboçar um mapeamento do processo de ocupação em Alagados (CARVALHO, 2002, p. 85).

Para esse autor, o processo inicial de ocupação ocorreu em Itapagige, no ano de 1942; em Massaranduba (Baixa do Petróleo e Mangueira), no ano de 1946; em Jardim Cruzeiro - ocupação de Caminho de Areia, posteriormente denominada Vila Rui Barbosa, o processo seu deu em 1949; no bairro denominado Uruguai – aconteceu nos começo dos anos 50; no Lobato – especificamente a península de Joanes, limite norte da Enseada dos Tainheiros e início da Avenida Suburbana, também palco de ocupações que datam do início da década de 50 (*idem, ibidem*).

Transcorridas duas décadas, a população desse complexo de ocupação saiu de uma população estimada de 1.000 (mil) pessoas para 78.009 (setenta e oito mil e nove) habitantes (CARVALHO, 2002, p. 23).

Esse rápido processo de adensamento foi justificado pela forma como os barracos de madeira construídos pelos moradores garantiam um espaço para moradia com custos baixos, devido as facilidades do acesso informal de água, luz e até os alimentos retirados da maré.

Segundo a Aliança de Cidades (2008), a ocupação de Alagados é considerada uma das áreas de maior grau de degradação urbana e ambiental do país, que teve origem na ocupação dos manguezais e alagadiços, ao longo da enseada dos Tainheiros, na segunda metade dos anos 1940, resultando numa série de modificações da base territorial, fragilizando o equilíbrio do ecossistema local.

A construção do Complexo Petroquímico de Camaçari/BA – COPEC – , em 1974, localizado na região metropolitana de Salvador, e as políticas de desenvolvimento regional favoreceram a situação econômica de Salvador, e nesse momento, a industrialização se torna o foco dinâmico da economia regional, ampliando as relações da capital com os municípios vizinhos, levantando a consolidação da Região Metropolitana de Salvador (SILVA, 2014).

Essas instalações, assim como a construção de grandes avenidas, como a Avenida Paralela e o enfraquecimento da rodovia que perpassava na região de Alagados, o que ocorreu, devido à intensificação do transporte rodoviário, contribuíram para que essa região e Salvador fossem afetadas por um processo intenso de ocupação dos espaços.

7.3 OCUPAÇÃO DE ALAGADOS

As péssimas condições da vida dos moradores de uma das ocupações mais adensadas da cidade de Salvador, somada ao fortalecimento gradativo das organizações sociais locais, provocam a intervenção do governo do estado. Os moradores formaram redes sociais com vista a ocupação e permanência, na região, como estratégias para impedir a relocação. Nesse sentido, houve a contratação do escritório do arquiteto Diógenes Rebouças, por parte do governo do estado, para elaboração do plano de recuperação para os Alagados e, dentre outras tratativas, em 1961, para a elaboração de um anteprojeto de recuperação dos Alagados (GORDILHO-SOUZA, 2000 apud NUNES 2000).

Mesmo diante desta complexidade, somente a partir de 1967, o Estado decide por uma intervenção ostensiva, contínua e relativamente regular, ao criar uma comissão para o exame do assunto, que produziu trabalhos relevantes, como o levantamento aerofotogramétrico, executado em 1967, e a elaboração do Plano de Recuperação dos Alagados em meados de 1969 (CARVALHO, 2002, p. 23).

Nessa mesma linha de atuação, Carvalho (2002) afirma que, em julho de 1969, o Governo do Estado procedeu a delimitação da área dos Alagados, com vistas à efetivação do Plano e, em 14 de outubro, desse mesmo ano, criou a Comissão Executiva do Plano de Recuperação dos Alagados – Cepral (CARVALHO, 2002).

Essa Comissão tinha como objetivo disciplinar o crescimento da área. Mais tarde, em 14 de novembro de 1972, é instituído o Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia (Gepab), com a função de estimular a produção dos insumos básicos necessários e a realização de um Plano Urbanístico para a área de Alagados.

O Gepab desenvolveu suas atividades até 31 de dezembro de 1973, repassando todo o acervo de estudos, ou seja, levantamentos, projetos e informações recolhidos, para a Alagadas Melhoramentos S.A (Amesa), constituída, em 07 de maio de 1974, com a finalidade exclusiva de gerenciar a execução do Programa de Recuperação dos Alagados em conformidade com a orientação do Gepab (CARVALHO, 2002, p. 131).

Pelas características de ocupação, Alagados se destacou como uma das favelas mais conhecidas do país. Milhares de pessoas vivendo em palafitas sobre águas fétidas, insalubridade e pobreza quase absoluta, um retrato do problema habitacional e social das grandes cidades brasileiras (ALIANÇA DE CIDADES, 2008).

Segundo Teixeira (2002), mesmo no período de repressão às ocupações, Alagados, por estar inserido numa área denominada como “terra de ninguém”, visto que não havia nenhuma ação do poder público para conter a ocupação e, por se tratar de objeto de investimentos implementados pelo poder público, possibilitou o aterro das áreas alagadas, para construção de unidades habitacionais (TEIXEIRA, 2002, p. 95-96).

Outro fator que contribuiu para o crescimento desenfreado dessa ocupação foi o incêndio que destruiu a Feira de Água de Meninos – hoje Feira de São Joaquim, em fins de 1964, o que provocou a migração dos comerciantes para a área de Alagados (TEIXEIRA, 2002). A evolução desse crescimento demográfico pode ser visualizada na Tabela. 4.

Tabela 4 – Alagados: Crescimento Demográfico 1960/2000

Anos	Habitantes	Incremento anual (%)
1960	8.875(1)	-
1965	21.500(2)	19,40
1967	64.500(2)	27,00
1970	78.009(3)	6,50
1973	85.829(4)	3,34

Fonte: GEPAB/ASSEC, 1973, p.2/12 (apud Carvalho 2002 p. 93)

(1) Estimativa Prefeitura de Salvador (2) Estimativa ASSEC (3) Censo de 1970 (4)

Pesquisa GEPAB.

Com a conclusão das obras em Alagados, diante do propósito de

aproveitar a “cultura técnica” desenvolvida nessa área, e, considerando os problemas gerados pelo grande déficit habitacional do estado, o governo amplia a abrangência da Amesa, que agora passa a ser Habitação e Melhoramentos do Estado da Bahia S/A (Hamesa), a partir de lei estadual de 12/02/83 (CARVALHO, 2002, p. 6).

A Hamesa foi criada para contribuir com a extinção das palafitas e urbanização do território de Alagados.

Em 15/02/87, a Hamesa é extinta, através de lei estadual, sendo assim, suas competências e corpo funcional são absorvidas pela Habitação e Urbanização da Bahia S/A (Urbis), agente financeiro do Estado junto ao BHH – Banco Nacional de Habitação. Isso não dura não muito tempo, pois em 09/03/99, por decreto estadual, a Urbis é dada como liquidada e suas atribuições e equipe técnica são transferidas para a Conder, uma empresa mantida por recursos do Governo Federal e internacionais, que hoje desenvolve programas de urbanização de áreas faveladas (CARVALHO, 2002, p. 6).

O projeto de urbanização de Alagados deu-se como concluído no ano de 1983, com a erradicação de todas as palafitas, restando apenas uma (como podemos ver na figura abaixo), localizada no Setor Santa Luzia, sub-setor Leste, cujo propósito era transformar num de Centro de Memória de Alagados, o que não se concretizou. À época, 90% das obras previstas no projeto estavam executadas e 50% da regularização fundiária realizada (CARVALHO, 2002, p. 219).

Figura 5 – Salvador-Bahia, Alagados, 1986 – última palafita de Alagados (ao fundo, Ilha de Santa Luzia).



Fonte: Os Alagados da Bahia: Intervenções Públicas e Apropriação Informal do Espaço Urbano – Salvador: UFBA/FAUFBA, 2002 – Eduardo Teixeira de Carvalho. p. 307.

Nota-se, com base na pesquisa histórica realizada, que os desafios para qualificar o território de Alagados acompanham o governo do estado desde 1961, quando se buscou um escritório de arquitetura, para a elaboração de um anteprojeto de recuperação da ocupação. Em 2018, esses desafios ainda fazem parte da paisagem. Agora, não em forma de palafitas, imóveis construídos de madeiras fincadas na maré, mas em forma de unidades habitacionais em terra firme.

7.4 ESTUDO DE CASO: DESAFIOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM ALAGADOS

A ocupação de Alagados vivenciou todas as temáticas que serão discutidas aqui neste capítulo, quando se fala de conflitos e desafios no processo da requalificação urbanística. Passou por mudanças de cunho social, ambiental e econômica, não necessariamente, nessa ordem.

O primeiro desafio foi o de cunho ambiental, que ocorreu no momento das ocupações irregulares, com a ocupação em área de manguezais e a ausência de infraestrutura urbana, características comuns dos assentamentos precários.

As intervenções do Estado para a urbanização da “favela da maré”, como ficou conhecida no Brasil, também foram acompanhadas de muitos desafios. Os moradores construíram rede de apoio no local e alternativas de solução para os principais problemas do cotidiano, a exemplo da ausência de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

As ligações clandestinas garantiam os serviços e os resíduos eram lançados direto na maré. Contudo, o reassentamento para “terra firme” estava longe de ser um pleito coletivo. Parte dos moradores manteve-se resistente frente à possibilidade de remanejamento, com a alegação da ausência de recursos para assumir os custos da formalidade, a partir da entrega da unidade habitacional e os respectivos serviços. Mais que isso, até hoje são mantidos laços de fraternidade construídos nas palafitas. O sentimento de pertença e territorialidade são latentes nas relações e se apresentam de forma muito clara durante a incursão da equipe técnica ao território.

Nota-se, que desde as primeiras intervenções do governo no território, a participação e análise das características sociais e econômicas dos moradores foram consideradas de forma incipiente.

A mudança das palafitas, para as casas em “terra firme”, não significava apenas o remanejamento no espaço, também se desdobrava na desconstrução dos laços sociais e familiares estabelecidos ao longo de suas vidas. O sentimento de pertencimento, muitas vezes, foi responsável pela resistência.

Desde as primeiras ações do governo, as obras, por si só, já se mostravam insuficientes para a criação de novos lugares em Alagados. As intervenções do poder público, com o foco na provisão de unidades habitacionais, não davam conta das demandas sociais e ambientais que o território requeria.

Portanto, para pensar a sustentabilidade das intervenções, faz-se necessário acumular outros conhecimentos para a compreensão do lugar e a construção coletiva para a sua recriação.

As intervenções urbanas da Conder estão longe de possibilitar a criação ou criação de lugar. Os registros aqui inseridos servem para demonstrar que Alagados é um lugar cujo o governo do estado intervém para melhorar aspectos da infraestrutura e contribuir para ampliar os níveis de organização dos moradores, no entanto, o tecido social já existe e está consolidado, e por isso demanda cuidado, cautela e zelo para que esses objetivos sejam alcançados, sem que, com isso, fragilize os fortes vínculos sociais já construídos.

8. ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL – PIDSA

8.1 CONTEXTO DA PESQUISA

Para melhor fundamentar a análise sobre os desafios para a construção

dos diálogos, entre as dimensões urbanas, sociais e ambientais, será apresentado o resultado da pesquisa de avaliação das intervenções urbanas e a execução do Projeto de Trabalho Social. A pesquisa de Avaliação do Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental de Alagados (PDISA) objetivou estudar as ações desenvolvidas na poligonal de Alagados, através do Projeto de Trabalho Social, com vista a identificar os resultados e impactos das intervenções da Conder.

A análise da pesquisa, nesse trabalho, tem como objetivo demonstrar, por meio dos resultados qualitativos e quantitativos, as dificuldades associadas a relação entre os setores responsáveis pela execução das intervenções físicas, sociais e ambientais.

A pesquisa foi realizada pelo Centro de Arte de Meio Ambiente (CAMA), organização social que possui importante atuação no território de Alagados. O CAMA assinou um convênio com a Conder, por meio da Coordenação Social (COSOC) para executar as atividades do Projeto de Trabalho Social (PTS) e realizar a avaliação para esse processo foram investidos R\$ 850.000,00 de recursos do orçamento geral do estado. Seguem atividades que compuseram o referido convênio:

- Seminário para apresentação do PDISA reprogramado;
- 07 Reuniões Bimensais de Alinhamento com a Equipe Técnica;
- Assembleia para Eleição dos Novos Representantes da Comissão de Bairro - Pista de Borda II;
- Oficina de Capacitação da Comissão de Bairro - Pista de Borda II;
- 05 Visitas Trimestrais a obra com a Comissão de Bairro - Pista de Borda II;
- 05 Reuniões Trimestrais da Equipe Técnica do Projeto com a Comissão de Bairro - Pista de Borda II;
- 02 Seminários de Avaliação dos Trabalhos da Comissão de Bairro - Pista de Borda II;
- Pesquisa de Avaliação do PDISA;
- Pesquisa de avaliação Pós-Ocupação do Empreendimento;
- Seminário para apresentação dos Resultados da avaliação do PDISA e

- do Empreendimento;
- 19 Relatórios Mensais de Acompanhamento do PIDSA;
 - Relatório Final de Avaliação do PIDSA e do Empreendimento;
 - Instalação e manutenção do Plantão Social;
 - Projeto Mulheres Ativas;
 - Projeto Roda de Diálogo;
 - Projeto Bem Viver;
 - Projeto Juventude Cidadã;
 - Oficina de Construção da Cartilha: Uso dos Espaços Coletivos;
 - Elaboração do cronograma de Reassentamento;
 - Assembleia de Sorteio das 164 Unidades Habitacionais;
 - 02 Reunião de Preparação com as 164 Famílias a ser Reassentadas;
 - 04 Acompanhamento à vistoria dos imóveis e assinatura dos termos de vistorias;
 - 04 Reunião para Assinatura dos Contratos e Entrega das Chaves.

O trabalho desenvolvido pela Equipe Local segue as diretrizes da Instrução Normativa (IN) nº 8, de 26/03/2009, que regulamenta o trabalho social executado em intervenções de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários, das ações e programas geridos pelo Ministério das Cidades, conforme o Art. 2, inciso b:

Programa Urbanização Regularização e Integração de Assentamentos Precários - Ação Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários, em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios, com mais de 150 mil habitantes - Projetos Prioritários de Investimentos – PPI – Intervenção em Favela (MINISTÉRIO DAS CIDADES,2009).

O Governo do Estado já atua no território de Alagados desde 1961, conforme já mencionado. Para fins dessa análise, foi realizado um recorte nas ações realizadas entre os anos de 2009 e 2017. Foi realizada análise de parte da pesquisa, considerando os aspectos relevantes para o tema desse trabalho. Além disso, na análise do relatório da pesquisa, foram utilizados depoimentos coletados por meio de entrevistas realizadas com os moradores impactados pelos projetos da Conder. As entrevistas foram realizadas por Daniele de Oliveira Santos, em 2016, na oportunidade, estudante da UFBA, para

construção da sua monografia. As informações contidas no relatório da pesquisa e monografia da estudante são complementares e serviram para detalhar melhor os efeitos dos Projetos Urbanos na vida cotidiana dos moradores afetados.

8.2 OBJETO DA PESQUISA: INTERVENÇÕES REALIZADAS PELA CONDER NO TERRITÓRIO DE ALAGADÓS (2009/2017)

Entre os anos de 2009 e 2017, foram implementados projetos urbanos, intervenções físicas, voltadas para a construção de 300 unidades habitacionais, serviço de pavimentação, ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, serviços de drenagem das águas pluviais, além de construção de praças e quadra esportiva. As obras executadas foram licitadas, dessa forma, empresas privadas da área de engenharia, realizaram diretamente os serviços. Os Projetos Urbanos foram elaborados pela Coordenação de Projetos (COPRO) da Conder e sua execução fiscalizada pela Superintendência de Habitação da Companhia (SUHAB).

Nesse período, houve a implementação do Projeto de Trabalho Social, identificado como Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental - PIDSA. É importante registrar que todas as atividades de execução e avaliação das ações sociais foram coordenadas diretamente pela equipe social da Conder. Nesse caso, enquanto gestora da equipe, houve a minha participação direta nas etapas de realização das atividades.

Nesse período, também foram entregues 4.000 (quatro mil) documentos de posse das unidades habitacionais construídas pela Conder ou consolidadas no território.

É importante afirmar que as intervenções descritas acima foram realizadas entre os anos de 2009 e 2017, porém em momentos diferentes, fato que contribui para fragilizar os resultados conforme demonstração nas próximas seções.

8.3 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA E A SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS PESQUISADOS

A Pesquisa de Avaliação do Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental²³ foi realizada a partir das seguintes etapas:

Etapa I – Público pesquisado – Pesquisa de avaliação do empreendimento

Considerando o universo censitário das 618 (seiscentos e dezoito) famílias beneficiadas diretamente com os serviços referidos acima, deste total, 300 pessoas foram pesquisadas diretamente.

Nessa etapa, também foram aplicados questionários de entrevistas semiestruturada com informantes-chave da comunidade.

Etapa II – Observação dirigida

Para complementar as informações aferidas por meio da aplicação de questionários, efetuou-se trabalho de campo realizado pelo supervisor da pesquisa, para análise sobre a percepção das mudanças na poligonal de intervenção e sobre as questões apresentadas pelas beneficiárias direto e indireto pelos projetos.

Etapa III – Avaliação dos grupos participantes das atividades do PIDSA

A equipe técnica do CAMA realizou a aplicação de questionário com as beneficiárias diretas dos Subprojetos: Mulheres Ativa; Roda de Diálogos; Projeto Bem Viver; Projeto Juventude Cidadã; Projeto Produzir e Crescer Juntos; Retalhos da Cidadania e Mulheres de Alagados.

Etapa IV – Tratamento dos dados coletados

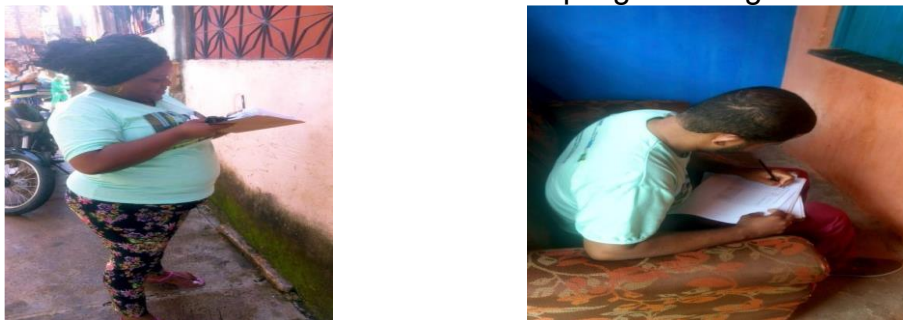
Análise: Tabulação, sistematização dos dados levantados pela equipe técnica, verificação se os objetivos do PIDSA foram atingidos, através de indicadores propostos, conforme Matriz de Indicadores proposta pelo Ministério das Cidades.

²³ Produto I - Pesquisa de Avaliação da Satisfação dos Moradores dos Empreendimentos na Poligonal Alagados IV e V, elaborado por Diosmar Marcelino de Santana Filho – Geógrafo e Pesquisador, produzido pela Conder, em agosto de 2018.

Etapa V – Apresentação dos resultados

Os resultados das análises foram apresentados no Seminário para Apresentação dos Resultados das Avaliações do PIDSA com os beneficiários.

Figura 6 – Fotos dos entrevistadores do APO poligonal Alagados IV e V (2017)



Avaliação do Pós-Intervenção

Etapas das intervenções

8.4 PARTICIPAÇÃO NO CADASTRO SÓCIO ECONÔMICO

Quando perguntadas sobre a participação no cadastro socioeconômico pré-intervenção: a maioria das pessoas responderam que sim; apenas 41% das atuais moradoras afirmam que não participaram. Sobre os motivos de não ter participado do cadastro: 27% das entrevistadas afirmam que moravam nas palafitas; 37% dizem que compraram a casa pós-ocupação; 13% justificam que estão morando de aluguel na casa e; 16% dos moradores afirmam não lembrar do motivo da não participação na pesquisa.

Tabela 5: Participação do cidadão no processo do cadastramento socioeconômico

Participação	N	%
Sim	177	59,0
Não	123	41,0
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A pesquisa revela que uma parte das famílias não foram inicialmente cadastradas no período de construção do diagnóstico. É válido registrar que o cadastro foi realizado em 2000 e as intervenções reiniciadas em 2009. O longo espaço de tempo entre o processo de cadastro e da execução efetiva das

intervenções inviabiliza o atendimento das famílias cadastradas na totalidade. A análise dessa realidade reflete os desencontros no processo de planejamento entre as intervenções. O diagnóstico é a primeira etapa do processo interventivo, logo, as intervenções devem ser realizadas na sequência. Os dados refletem o descompasso entre as intervenções físicas e sociais.

Moradia e Inserção Urbana

Saneamento Básico e Serviços Públicos

No que refere a manutenção na rede pública de abastecimento de água pela concessionária: 67% responderam que sim; e o acesso a rede esgoto, 97,3% respondem que sim, tem acesso.

Tabela 6: Quanto à manutenção da rede serviço de abastecimento de água pela Concessionária

Manutenção	N	%
Sim	201	67,0
Não	99	33,0
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Perguntadas sobre a manutenção da rede esgotamento sanitário pela concessionária: 70,3% responderam que sim; 29,3% afirmam não haver manutenção da rede.

Tabela 7: Quanto à manutenção do serviço de esgotamento sanitário pela Concessionária

Manutenção	N	%
Sim	211	70,3
Não	89	29,3
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

E quanto à coleta de lixo na rua onde moram: 72% das entrevistadas responderam que sim, tem o serviço de coleta de lixo; 27,7% responderam que não dispõe do serviço de coleta de lixo.

Tabela 8: Acesso ao serviço de coleta de lixo

Acesso	N	%
Sim	216	72,0
Não	83	27,7
Não respondeu	1	0,3
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Ainda sobre os serviços públicos de coleta de lixo, as entrevistas foram perguntadas sobre a distância média entre a residência e pontos de coleta mais próximo do lixo: 73% responderam que o ponto mais próximo é até 20 metros da residência; 12% responderam que fica entre 20 e 50 metros; 12% de 50 a 100 metros; apenas 2,3% responderam que o ponto mais próximo está acima de 100 metros da residência.

Tabela 9: Distância da residência ao ponto para coleta de lixo

Distância (metro)	N	%
Até 20 m	219	73,0
Entre 20m e 50m	36	12,0
Entre 50m e 100m	36	12,0
Acima de 100 m	7	2,3
Não respondeu	2	0,7
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Perguntadas sobre manutenção da rede elétrica pela concessionária: 74,3% responderam que sim e 25,0% dizem não haver manutenção.

Tabela 10: Quanto à manutenção do serviço de energia pela Concessionária

Manutenção	N	%
Sim	223	74,3
Não	75	25,0
Não respondeu	2	0,7
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

E as questões relacionadas à manutenção dos serviços de iluminação pública: 35% afirmam não haver.

Tabela 11: Quanto à manutenção da prestação do serviço de iluminação pública

Manutenção	N	%
Sim	195	65
Não	105	35
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

As moradoras foram questionadas sobre o acesso aos transportes públicos na comunidade: 93,0% responderam que sim, tem o serviço; e quando perguntadas sobre a regularidade nos horários, 65,0% afirmam haver sim uma regularidade; 33,0% dizem que não.

Tabela 12: Acesso ao serviço de transporte público

Acesso	N	%
Sim	279	93,0
Não	21	7,0
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Tabela 13: Quanto à regularidade do serviço de transporte público

Regularidade do serviço	N	%
Regular	195	65,0
Irregular	99	33,0
Não respondeu	6	2,0
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Perguntadas se existe transporte o suficiente para as necessidades dos moradores das comunidades: 59,7% dizem sim e; 40,3% dizem não ter ônibus o suficiente para as necessidades dos moradores.

Tabela 14: O serviço de transporte público atende a demanda da comunidade

Atendimento	N	%
Sim	179	59,7
Não	121	40,3
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Nesse aspecto, a pesquisa evidencia a necessidade de uma maior articulação entre as políticas públicas de habitação e saneamento, além das outras políticas de planejamento dos serviços públicos municipais. Essa articulação deve ser construída na prática desde o momento da concepção dos

Projetos. As concessionárias e as secretárias municipais responsáveis pela implantação e manutenção dos serviços públicos, ao tomar conhecimento e acompanhar a execução das obras, podem incorporar as novas demandas ao planejamento dos serviços no território. Aspecto que contribuirá para qualificar o processo de pós-ocupação das unidades habitacionais, favorecendo a qualidade de vida dos cidadãos nas novas moradias.

8.5 SITUAÇÃO DE MORADIA E VIZINHANÇA

Perguntadas sobre título registrado e direito real de uso: 55,3% responderam não ter o título, no que se refere ao documento de concessão de uso especial para fins de moradia, 50,0% dizem não ter o documento e 20,7% confirma ter o documento.

Tabela 15: Possuir título registrado e direito real de uso

Possuir	N	%
Sim	134	44,7
Não	166	55,3
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Como parte do questionamento sobre a situação da moradia – existência de rachadura na residência: 62,0% responderam que sim e 34,0% dizem não haver. E sobre existência de umidade nas paredes: 64,7% afirmam que sim e 34,0% responderam que não.

Tabela 16: Existência de rachadura na residência

Possuir	N	%
Sim	186	62,0
Não	114	34,0
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

E sobre falta de ventilação nos cômodos: 56,0% responderam que sim e 41,7% afirmam que não tem ventilação.

Tabela 17: Ausência de ventilação nos comidos da residência

Possuir ventilação	N	%
Sim	168	56,0
Não	125	41,7
Não respondeu	7	2,3
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

No que diz respeito a iluminação adequada nos cômodos das residências: 83,3% responderam que sim e 13,7% disseram que não.

Tabela 18: Ausência de ventilação nos comidos da residência

Adequação da iluminação	N	%
Sim	250	83,3
Não	41	13,7
Não respondeu	9	3,0
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A Tabela apresenta informações dos equipamentos comunitários adaptados para as pessoas com mobilidade reduzida: 89,7% das moradoras apresentaram que não há existência de adaptação nos equipamentos; apenas 7,3% responderam que sim.

Tabela 19: Existência de adaptação nos equipamentos comunitários

Adaptação	N	%
Sim	22	7,3
Não	269	89,7
Não respondeu	9	3,0
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

No que se refere a vizinhança, as moradoras ao serem perguntadas sobre existência de pacto de vizinhança: 87,0% disseram não haver um pacto; enquanto 12,7% responderam que sim.

Tabela 20: Existência de pacto de vizinhança

Existência	N	%
Sim	38	12,7
Não	261	87,0
Não respondeu	1	0,3
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Sobre existência de espaços comuns (sala de reunião, jardim, quadra esportiva, campo, auditório): 88,0% responderam não há existência desses espaços para as moradoras e 11,3% dizem que sim.

Tabela 21: Existência de espaços de convivência

Existência	N	%
Sim	34	11,3
Não	264	88,0
Não respondeu	2	0,7
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Para aquelas que responderam sim, foi solicitada a identificação do equipamento e a maioria informou que há existência de campo de futebol e quadra, uma minoria sinalizou espaço cultural e igrejas. No que se refere à ocupação indevida de espaços comuns: 95,3% responderam que não existe ocupação e apenas 4,0% responderam que sim.

Os resultados demonstram a complexidade dos aspectos que interferem na política pública de habitação de interesse social. No início dessa seção houve o registro de que foram entregues muitos documentos de posse das unidades construídas e consolidadas, porém, os dados da pesquisa revelam que isso não envolve a totalidade dos cidadãos beneficiados com as unidades habitacionais construídas nessa etapa. Aspectos relacionados às rachaduras e unidade nas unidades habitacionais relacionam-se às questões construtivas. Um número grande de moradores procura o atendimento social da equipe com queixas relacionadas a esses aspectos. Os esclarecimentos prestados pelas equipes de engenharia não modificam o sentimento de insatisfação dos cidadãos, em alguns casos, as construtoras são notificadas para realizar reparos, de toda forma, os dados alertam para a necessidade de ampliar a fiscalização das obras. Os dados demonstram também a necessidade de ampliar os espaços inclusivos nos empreendimentos.

Existiram ações de pós-ocupação que trabalharam as questões relacionadas à organização social dos beneficiários nos empreendimentos, no entanto, as ações realizadas demonstram serem insuficientes, considerando os dados apresentados. Investir em ações nessa etapa é condição para a sustentabilidade das intervenções, porém, essa é uma etapa cujas as

atribuições ficam relegadas apenas a equipe social, que com poucos recursos financeiros não conseguem alcançar os resultados esperados.

8.6 INCLUSÃO SOCIAL

8.6.1 SERVIÇOS PÚBLICOS NO PERÍMETRO DO EMPREENDIMENTO

Nas tabelas a seguir, analisa-se um conjunto de serviços que não pode ser visto de forma desarticulada dos empreendimentos de moradia na poligonal Alagados, são equipamentos e serviços público nas áreas de educação, saúde, segurança pública, esporte e lazer.

Dessa maneira, as moradoras foram perguntadas quanto a existência de serviços públicos próximos as áreas do empreendimento: 84,3% responderam que não e 15,0% sim.

Tabela 22: Existência de serviços públicos nas proximidades do empreendimento

Existência	N	%
Sim	45	15,0
Não	253	84,3
Não respondeu	2	0,7
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Aprofundando para as especificidades, foram perguntadas sobre a existência dos serviços de saúde no perímetro. Unidade de Saúde da Família: 71,7% afirmam que não; 28,0% responderam sim. Unidade de Pronto Atendimento: 98,0% responderam não; 1,7% sim. Posto de Saúde: 61,0% afirmam que sim; 37,3% responderam não. Unidade Hospitalar: 70,7% responderam não existência; 24,0% responderam que sim.

Tabela 23: Existência de serviços públicos nas proximidades dos empreendimentos (%)

Existência	Sim	Não	Não respondeu	Total
Unidade de Saúde da Família	28,0	71,7	0,3	100
Unidade de Pronto Atendimento	1,7	98,0	0,3	100
Posto de Saúde	61,0	37,3	0,7	100
Unidade Hospitalar	24,0	70,7	5,3	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Os dados reafirmam a necessidade de ampliar a articulação da política pública de habitação de interesse social com as demais outras políticas

correlatas ao desenvolvimento urbano. O planejamento integrado das políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos sociais, enquanto direitos fundamentais para a consolidação do direito à cidade.

8.7 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO

As moradoras foram questionadas sobre a participação social em atividades relacionadas aos empreendimentos e demais atividades de interesse social na poligonal desses mesmos empreendimentos, conforme a tabela 24. Dessa maneira, as respostas às questionadas, se membros da família têm participação em assembleias ou audiências públicas: 90,7% responderam que não participam; 9,0% que sim. E sobre a existência de organização associativa de moradores: 85,0% respondem que não; 14,7% sim, tem conhecimento.

Tabela 24: Participação de membros da família assembleias ou audiências públicas

Tipo de Participação	N	%
Sim	27	9,0
Não	272	90,7
Não respondeu	1	0,3
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Ao ser aprofundado o questionamento sobre participação de membro da família em organização formal ou informal: 89,3% responderam que não participam; 9,7% que sim, tem participação. No que se refere ao conhecimento de representantes de organizações locais em instancias de controle social (Conselhos, Fóruns e etc.): 91,3% responderam que não; 8,0% que sim. No entanto, ao serem questionadas sobre que organizações sabem que existe na comunidade, é unanime o conhecimento do trabalho da Associação Santa Luiza e depois o GRUCON, organizações sociais locais.

Tabela 25: Participação de membros da família em organizações sociais (formal ou informal)

Tipo de Participação	N	%
Sim	29	9,7
Não	268	89,3
Não respondeu	3	1,0
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Tabela 26: Conhecimento da existência de instâncias de controle social

Tipo de Participação	N	%
Sim	24	8,0
Não	274	91,3
Não respondeu	2	0,7
Total	300	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A participação incipiente revela, ao meu ver, o maior desafio desse processo de trabalho: a organização e participação dos cidadãos para atuação enquanto sujeito de direito das políticas públicas. As ações sociais realizadas têm resultados poucos expressivos. A reflexão sobre a necessidade de participação dos moradores, desde a concepção dos projetos, poderá contribuir para ampliar a capacidade de organização social diante das demandas coletivas dos territórios. Reconhecemos que vivenciamos uma crise na forma de atuação desses territórios. Os cidadãos, muitas vezes, não reconhecem o efeito de sua participação e, por isso, a adesão aos espaços coletivos de participação vem sendo gradativamente reduzido. Milton Santos (2005) faz contribuições importantes, no que se refere a relação direta entre a transformação social e a ação humana.

O ser humano é o elemento-chave das transformações propostas. Não apenas como beneficiário das ações, mas, especialmente (e essa é a grande inovação), como agente (também) promotor de desenvolvimento. Portanto, as ações concebidas no sentido de ampliar, reforçar, radicalizar a democracia pressupõem uma postura ativa do ser humano diante da realidade. (SANTOS, 2005, p.97)

8.8 OBSERVAÇÃO DIRIGIDA

Nessa seção, serão analisados dados obtidos por meio da observação dirigida nos empreendimentos onde as famílias foram reassentadas. A

observação foi orientada a partir das dimensões, a saber: Infraestrutura, Mobilidade Urbana, Qualidade Ambiental, Moradia e Serviços e Controle Urbanístico.

As atividades de campo, aqui pontuadas, foram realizadas no período de 20 a 30 de setembro de 2017, e contemplou todo o perímetro da Poligonal.

Quadro 2 – Empreendimento na poligonal de Alagados

Empreendimento	Blocos	Quadras
Vivenda da Massaranduba	01, 02 e 03	09, 10, 11, 12 e 13
Massaranduba	22 e 23	01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 14, 15, 16 e 17
Alagados	25, 26, 27, 8, 29, 30 e 31	
Alagados VI		
Alagados IV e V	37 e 38	
Vivenda do Uruguai II	08, 09, 10, 11, 15 e 16	
Vivenda do Uruguai	12, 13, 17, 18, 19, 20, 21 e 22	
Vivenda do Uruguai II	01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07	
Vivenda do Uruguai		19, 20, 21 e 22

Fonte: Relatório de avaliação do PIDSA

São pontos da observação, segundo Pesquisa de avaliação Pós-ocupação de Alagados:

- 1 As construções, dos Blocos 01, 02 e 03, apresentam bom estado de conservação – bem diferente das demais construções entregues no mesmo período. O que se observou no campo, é que nesses blocos, os moradores conseguiram ampliar os níveis de organização social para gestão dos blocos;
- 2 O bloco 22 está passando por muitas mudanças estruturais, sem qualquer monitoramento por parte dos órgãos públicos;
- 3 O trabalho que se teve para drenagem dos canais não foi apropriado por parte dos moradores, assim, o descarte inadequado do lixo doméstico e entulho compromete o funcionamento das redes e todos esses resíduos são lançados para a Enseada;

- 4 A Quadra 16 apresenta falta de manutenção nos equipamentos e a área sofre com a criminalidade que tomou controle das ruas. Devemos acrescentar que nessa os imóveis já têm alteração estética entregue pelo Estado;
- 5 Na Quadra 06, temos um sistema de esgotamento precário, o esgoto está aberto e as vias estão sem limpeza. Mas, essa é uma das poucas quadras onde os moradores relataram usar o espaço da Conder para reuniões comunitárias;
- 6 O Bloco 29 também está passando por modificações na estética e o Bloco 28 tem falhas no telhado (as telhas estão caindo), a energia ainda não foi ligada para as moradoras;
- 7 Nas proximidades dos Blocos 28 e 29, foi encontrado um ponto de coleta lixo posto pela empresa municipal, a LIMPURB, porém, o recipiente está precisando de manutenção;
- 8 As moradoras receberam as chaves dos Blocos 25, 26 e 27, mas até a data da observação, elas esperam a ligação da energia elétrica nos apartamentos do sistema público;
- 9 O Bloco 27 não tem abastecimento de água potável regularizado pela Embasa;
- 10 O empreendimento modelo, Village 42, apresenta boa conservação, mas não tem energia ligada, assim como, as casas (39 e 41), que além da falta de energia, estão com as obras de acabamento incompletas;
- 11 No perímetro dos blocos, as caixas de energia estão danificadas. Cerca de 40 apartamentos não estão com ligação realizada a rede elétrica e ao abastecimento de água.
- 12 Em boa parte do perímetro, falta manutenção pela Coelba. A iluminação pública está danificada, assim como, a câmera de segurança instalada pelo Estado foi queimada;
- 13 Todos imóveis da Etapa II apresentam uma área de jardinagem, contudo, por falta de um trabalho, essas estão sendo ocupadas por outras atividades;

- 14 Quanto a macro infraestrutura, as moradoras relatam que o problema da maré não foi resolvido, desse modo, em período de maré alta, as ruas são inundadas e as residências próximas, como Vivendas do Uruguai, são alagadas;
- 15 Na observação se viu que a pista de bordo está ocupada por moradores. Existe o descarte de materiais de construção, moveis, lixo e aterro (uma ameaça e possível novas ocupações);
- 16 Na observação no perímetro de intervenção não foi encontrado pontos de ônibus, na necessidade, as moradoras têm que andar até os finais de linha de ônibus do Uruguai ou da Massaranduba;
- 17 Também não foi encontrado em todo o perímetro telefones públicos;
- 18 Observou-se no perímetro algo de grande importância, os moradores têm no transporte marítimo, por meio de pequenas embarcações, uma forma de mobilidade (prova da cultura do lugar). Contudo, não houve investimento na criação de um terminal.

As questões que se apresentam na observação estão sistematizadas nas imagens temáticas

O relato de Felipe (2016), uma das lideranças, a partir dos estudos de Daniele Santos (2016), apresentam a análise da realidade de forma crítica.

“[...] é como eu tinha dito anteriormente. Infelizmente o projeto de engenharia, primeiro se prepara a viabilidade técnica e econômica, e depois se apresenta ele como única forma de ser desenvolvido. E aí, dentro dessa perspectiva, essa apresentação do projeto foi feita assim: “tá aqui o projeto! As casas vão ser dessa forma, dessa tipologia, com essas dimensões, porque é o que o terreno permite”. E aos moradores era apenas dado a oportunidade de dizer sim, sim, sim, sim, sim... Não existia porque não tinha como mudar um projeto desse [...] Então, o que se mudava nesses projetos que eram apresentados, por isso era falado que vinha de cima para baixo, eram as coisas mínimas: “vamos construir aqui esse banco de praça, cé acha melhor colocar na direita ou na esquerda”? Eram coisas poucas”.

As observações, registros e depoimentos apresentam de forma clara o problema. A política pública de habitação de interesse e desenvolvimento urbano, na perspectiva de materializar o direito a cidade, exige uma visão sistêmica do planejamento até a avaliação. A setorização das intervenções

impacta negativamente nos resultados dos projetos, portanto, é necessário construir processos de diálogos com vistas a articulação dos projetos físicos, sociais e ambientais, além da participação de políticas públicas afins.

8.9 PROCESSO SOCIOESPACIAL DE ALTERAÇÃO FÍSICA – POLIGONAL ALAGADOS IV E V

Analisando as imagens captadas, nas figuras 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, da Pesquisa de Avaliação Pós-Ocupação do Empreendimento - Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental Alagados, identifica-se a ocupação de área da maré por ocupações dos moradores e da Conder. As imagens aéreas demonstram um recorte do território na área em que foram construídas as unidades habitacionais, as quais foram apresentadas na seção anterior.

- Imagens

FIGURA VII – POLIGONAL ALAGADOS IV E V (2004).

Fonte: Imagem: ©Cnes/Spot
Image ©2018 Google | Image
© 2018 DigitalGlobe Image
©2018CNES/Astriurr



FIGURA VIII –
POLIGONAL ALAGADOS
IV E V (2006)

Fonte: Imagem: ©Cnes/Spot
Image ©2018 Google | Image
© 2018 DigitalGlobe Image
©2018CNES/Astriurr



FIGURA IX –
POLIGONAL ALAGADOS
IV E V (2006)*

Fonte: Imagem: ©Cnes/Spot
Image ©2018 Google | Image
© 2018 DigitalGlobe Image
©2018CNES/Astriurr



FIGURA X –
POLIGONAL ALAGADOS
IV E V (2007)

Fonte: Imagem: ©Cnes/Spot
Image ©2018 Google | Image
© 2018 DigitalGlobe Image
©2018CNES/Astriurr

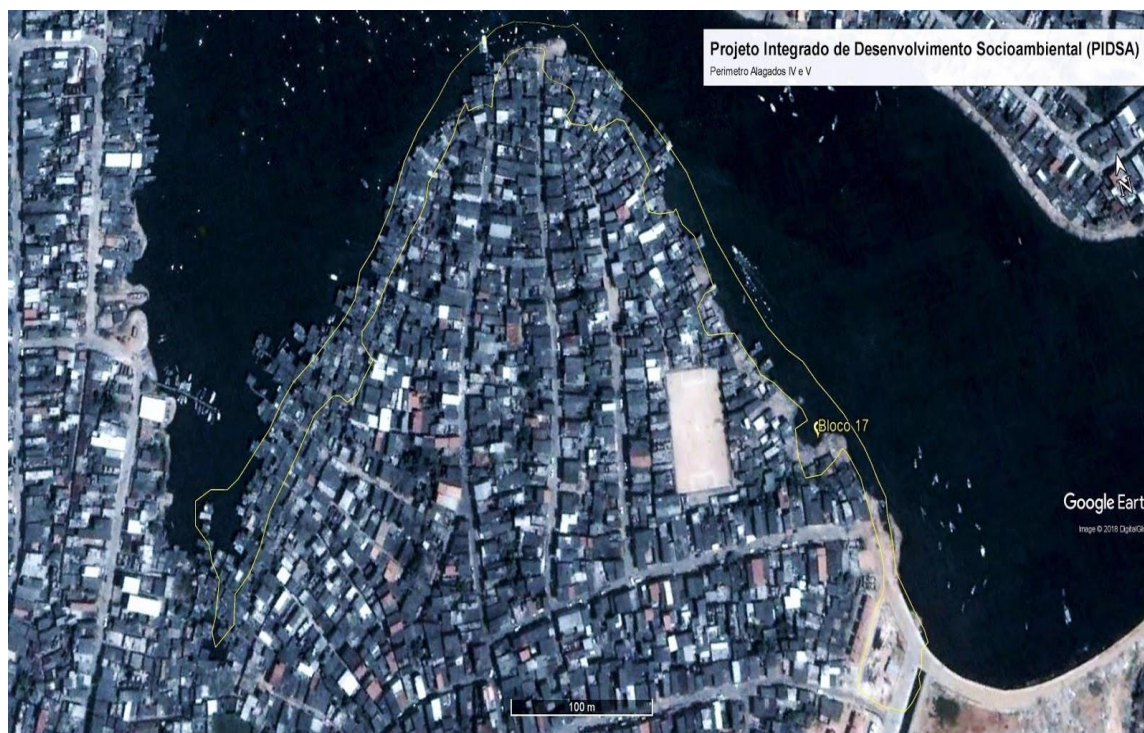


FIGURA XI –
POLIGONAL ALAGADOS
IV E V (2007)

Fonte: Imagem: ©Cnes/Spot
Image ©2018 Google | Image
© 2018 DigitalGlobe Image
©2018CNES/Astriurr



FIGURA XII –
POLIGONAL ALAGADOS
IV E V (2008)

Fonte: Imagem: ©Cnes/Spot
Image ©2018 Google | Image
© 2018 DigitalGlobe Image
©2018CNES/Astriurr



FIGURA XIII –
POLIGONAL ALAGADOS
IV E V (2010)

Fonte: Imagem: ©Cnes/Spot
Image ©2018 Google | Image
© 2018 DigitalGlobe Image
©2018CNES/Astriurr



FIGURA XIV –
POLIGONAL ALAGADOS
IV E V (2012)

Fonte: Imagem: ©Cnes/Spot
Image ©2018 Google | Image
© 2018 DigitalGlobe Image
©2018CNES/Astriurr



FIGURA XV –
POLIGONAL ALAGADOS
IV E V (2013)

Fonte: Imagem: ©Cnes/Spot
Image ©2018 Google | Image
© 2018 DigitalGlobe Image
©2018CNES/Astriurr



FIGURA XVI - POLIGONAL
ALAGADOS IV E V (2014)

Fonte: Imagem: ©Cnes/Spot
Image ©2018 Google |

Image © 2018 DigitalGlobe
Image ©2018CNES/Astriurr



FIGURA XVII –
POLIGONAL
ALAGADOS IV E V
(2016)

Fonte: Imagem: ©Cnes/Spot
Image ©2018 Google | Image
© 2018 DigitalGlobe Image
©2018CNES/Astriurr



FIGURA XVIII –
POLIGONAL
ALAGADOS IV E V
(2017)

Fonte: Imagem:
©Cnes/Spot Image
©2018 Google | Image ©
2018 DigitalGlobe Image ©
©2018CNES/Astriurr



As imagens são inquietantes e revelam, mais uma vez, a forma insustentável como as intervenções são executadas. O aterro de parte da maré demonstra que as decisões são tomadas sem conexão com os aspectos ambientais. Não se pode questionar a legalidade dessas ações, pois, essa é uma área da união que autoriza o aterro por meio da Superintendência de Patrimônio da União (SPU). No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, essa é uma área de Zona de Interesse Social (ZEIS). A Superintendência é a estrutura regional, ligada ao Ministério do Planejamento, responsável pela gestão do Patrimônio da União. A SPU é responsável pela gestão dos terrenos de marinha e pelo controle do uso dos bens de uso comum do povo, entre outras atribuições (BRASIL, s/d)²⁴.

O Manual de Regularização Fundiária do Governo Federal, considerado para execução das ações em Alagados, foi atualizado em 2016 e prever a função social e ambiental da propriedade pública e privada. No entanto, as imagens nos apresentam um grande paradoxo, se se considerarmos as questões relacionadas à conservação dos recursos naturais.

Alagados já abrigou o aterro sanitário da cidade, atualmente é caracterizada pelas habitações precárias e pela deficiência de equipamentos e serviços públicos. Nesse sentido, além dos impactos ambientais oriundos do aterro sanitário, as contribuições de esgotos e resíduos sólidos comprometem a qualidade das águas na área do estuário.

Os depoimentos abaixo relacionados evidenciam as consequências da poluição do estuário para os moradores locais:

Os peixes, aqui pra pegar agora... tem que ir lá pra Bom Despacho, pra Barra, pra conseguir dois, três quilos de peixe, que, às vezes, nem consegue! As vezes, o gasto de combustível...aí perde noite também [...] Então assim, essa maré depois que entulhou, a lama, o mal cheiro, tá insuportável!Pra gente entrar na lama agora, a gente vai de coturno [...] Pegava siri, era uma, duas latas de siri, agora não pega mais nenhum aqui. Agora tem que ir lá pra Ribeira pegar um siri, o siri Bóia. Aqui pegava, botavaum pedaço de pé de galinha e pronto, pegava um pouco, aí pegava. Mas agora mudou totalmente. Pra pegar um siri bom tem que ir lá pra Ribeira, um siri mais limpo, entendeu? Porque o daqui tá todo poluído. As lama, é tanto, que as lama fica borbulhando. Aqui num via isso aí. (BRITO, coletado por SANTOS, 2016, p. 67)

²⁴ Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao>>. Acesso em: 22/01/2019.

Rapaz, depois desse aterro que teve aqui na beira mar, a pescaria piorou praticamente 100%. Principalmente siri, camarão, pitu...que hoje a pescaria desse porte aí tá safra... cabou carapeba, tudo. Que antes desse aterro aí, existia, porém, hoje tem! Mas pra pegar aqui é muito difícil [...]E principalmente robalo, porque hoje em dia a coisa mais difícil do mundo é pegar um robalo [...] é um peixe de carne branca, que é o peixinho carinho, que hoje em dia é muito difícil. Antigamente quando tinha palafita ele vinha, entrava pro Parque São Bartolomeu pra desovar e era fácil a gente pegar ele, mas hoje cabou [...] siri antes dava pra encher balde, hoje não dá pra pegar meio balde, meio balde do pequeno. É, antigamente a gente pegava saco e balde de construção, de siri, em meia hora uma hora. Hoje você passa o dia todo e não pega meio balde. Da Ribeira pra cá a pescaria acabou 100%. (ROGÉRIO, coletado por SANTOS, 2016, p. 67)

As questões históricas de omissão do poder público, com relação às ações para proteção do estuário, impactaram também na ocupação de moradores, pois, os pescadores passaram a trabalhar com construção civil, enquanto as marisqueiras passaram a trabalhar como empregadas domésticas, devido a escassez de peixes e mariscos (SANTOS, 2016, p. 64).

Considerando a abordagem de Travassos e Silva (2008), as políticas públicas urbanas e ambientais poderiam produzir resultados concretos positivos, todavia, tais resultados nem sempre são alcançados devido aos seguintes fatores: (1) a distância existente entre o discurso e a prática, (2) e a “[...] incapacidade [do poder público] de conceber políticas públicas que levem em conta não somente o efeito - degradação ambiental, social e urbana -, mas também suas causas - as formas de produção do espaço urbano” (TRAVASSOS e SILVA, 2008, p. 28).

O paradoxo, entre a realidade vivida e as leis, torna-se cada vez mais evidente. No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador - PDDU 2016, Lei nº 9069/2016, Art. 10, inciso três (§3º), “a cidade sustentável corresponde ao desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir qualidade de vida para as gerações presentes e futuras” (SALVADOR, 2017).

No artigo 12, inciso XIII, podemos constatar que a:

conservação dos recursos naturais, em especial dos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos de abastecimento de água e dos remanescentes dos ecossistemas originais do território municipal, com a viabilização de sua coexistência no espaço da cidade como

elementos de conforto ambiental, desenvolvimento econômico e qualificação urbanística; - também dispõe sobre recursos naturais (SALVADOR, 2017).

Portanto, a cidade de Salvador possui legislação para atuar na direção da coexistência entre as dimensões urbanas, sociais e ambientais, porém, os instrumentos existentes não se configuram em ação prática. Nesse sentido, Martins (2006) refere que urbanizar a favela, considerando a dimensão ambiental, assume, além do aspecto técnico e interdisciplinar, um significado político e social. Mesmo sendo possível identificar uma preocupação ambiental crescente nas urbanizações de favelas, há conflitos e tensões na articulação das agendas urbana e ambiental (MARTINS, 2006).

9 RESULTADOS DA PESQUISA

A análise do relatório da pesquisa de avaliação dos Projetos que compuseram as intervenções urbanas no território de Alagados, entre os anos de 2009 e 2017, permite importantes aprendizados. O estado realizou investimentos na ordem de R\$ 25.000,000 (vinte e cinco milhões de reais) no território, com vistas a garantir melhoria da qualidade de vida dos moradores. Existem efeitos positivos. As mudanças na condição de precariedade dos imóveis são inquestionáveis. No entanto, os objetivos do Programa, ainda estão comprometidos pela forma como as intervenções se materializam.

A insuficiente articulação e integração, entre os setores de engenharia e social da Conder, fragilizam os efeitos dos projetos no território. Percebe-se, também, a necessidade de articulação com outras políticas públicas. O cenário é complexo e o cidadão possui múltiplas necessidades, por isso, a política pública de habitação de interesse social, por si só, não consegue responder às demandas dos cidadãos.

As lições apreendidas, por meio da análise desses produtos, devem servir de referências para a revisão do processo de gestão e execução dos contratos que viabilizam as ações físicas e sociais.

É sabido que esse cenário não é de fácil e rápida solução, porém, com a produção do fluxograma, busco apresentar alternativas relacionadas à área de atuação da Conder. O fluxograma se configura como uma contribuição para

ampliar os resultados a serem alcançados pelos Projetos Urbanos. Porém, essa é uma contribuição de pequena escala, posto que o desenvolvimento urbano é um grande desafio que demanda intervenções estruturais na gestão pública.

9.1 ABORDAGEM PROPOSITIVA: QUADRO PROPOSTO PARA O PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS E FLUXOGRAMA

O quadro do planejamento integrado para os Projetos Urbanos que descreve as etapas do fluxograma, nesse trabalho, configura-se como a representação gráfica da metodologia, a ser experimentada na execução das intervenções realizadas no âmbito dos Projetos de Requalificação Urbana. As propostas objetivam contribuir para a construção de diálogos das dimensões sociais e ambientais nos Projetos Urbanos. Esse instrumento foi construído a partir da proposição de integração entre essas dimensões em cada etapa de execução dos Projetos. O formato da apresentação foi pensado para facilitar a aplicabilidade e compreensão das propostas.

- Otimizar recursos (evitar retrabalho das equipes);
- Considerar a orientações e normativos dos órgãos gestores do programa;
- Respeitar a sequência lógica das ações;
- Ampliar os espaços de participação nas etapas de execução dos projetos;
- Potencializar as ações voltadas para a sustentabilidade das intervenções.

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Identificação das demandas para o Programa de Urbanização Integrada ou Habitação de Interesse Social.	Reuniões Ampliadas	Necessidade de publicizar os critérios e procedimentos a serem cumpridos para inserção dos territórios nos Programas.	- SEDUR - Prefeituras Municipais - organizações sociais - movimentos sociais, - Conselhos municipais e estaduais das mais diversas áreas correlatas ao desenvolvimento urbano, - Organizações governamentais e não governamentais.	É preciso construir estratégias para evitar alterações de limites de zona rural para urbana do município, que visam burlar a legislação municipal, para implantação de Habitação de Interesse Social fora da malha urbana da cidade. • A escolha das áreas de implantação deve ser uma decisão do ente público com participação social – Conselho das Cidades, Conselhos Municipais ou organizações comunitárias.
	Reuniões de planejamento participativo do PPA – Plano Plurianual (instrumento de planejamento de despesas - Art. 165 da Constituição Federal)	Definir investimentos para elaboração e execução de Projetos Urbanos	- CASA CIVIL – PPA - Representantes das secretarias estaduais e da sociedade civil organizada	
	Construir um banco de projetos a partir da realização de concursos público para elaboração participativa de Projetos vinculados a temática do desenvolvimento urbano.	Ampliar a qualidade e quantidade dos projetos arquitetônicos necessário a execução de obras públicas	SEDUR CONDER (equipe multidisciplinar) Universidades Profissionais liberais	
	Reuniões técnicas para análise e compatibilização da características dos territórios aos instrumentos de planejamentos urbanos: 1) Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano; 2) Planos de Habitação de Interesse Social(Municipal e Estadual) 3) Plano de Saneamento Básico (Municipal e Estadual)	Atender as existências legais do uso e ocupação do solo dos municípios.	- SEDUR - CONDER - Prefeituras Municipais - Organizações Sociais	

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Análise das viabilidades do empreendimento para o governo do estado da Bahia	<p>a) Visita técnica integrada para conhecer o território e para análise das características física, social, ambiental.</p> <p>b) Definir a poligonal de intervenção com a equipe interdisciplinar (Projeto arquitetônico / urbanístico/engenharia/social/ambiental/ fundiário).</p> <p>1) Viabilidade orçamentária e financeira</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar se existem orçamento e recursos assegurados para o empreendimento. - Verificar se o empreendimento envolve operações de crédito. (CAIXA, BIRD, BID, BNDES, etc.). <p>2) Viabilidade Urbanístico-legal</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise da condição do território na Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo do Município (LOUOS). <p>3) Viabilidade técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise das características físicas do território e possibilidade de a implantação do empreendimento. - Análise da possibilidade de aproveitamento dos resíduos sólidos gerados pelas obras. - Análise da viabilidade de abastecimento de água potável. - Análise da viabilidade de esgotamento sanitário. - Análise da viabilidade de fornecimento de energia elétrica - Análise da viabilidade de transporte público. 	Identificar a possibilidade de execução considerando os aspectos orçamentários e financeiros, técnicos urbanísticos, sociais, ambientais e a regularização fundiária	<ul style="list-style-type: none"> - SEDUR - CONDER (CTGA, COPRO, Superintendência de Engenharia, COSOC, COREF) e Representantes de organizações sociais locais. • Representante das Secretárias de Estaduais e Municipais de Meio Ambiente • Representante das Secretárias de Estaduais e Municipais de Educação • Representante das Secretárias de Estaduais e Municipais de Saúde • Representante das Secretárias de Estaduais e Municipais de Serviços Públicos • Representante das Secretárias de Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Urbano • Representante das Secretárias de Segurança Pública • Representante das Secretárias de Estaduais e Municipais de Assistência Social • Coelba • Embasa • Limpurb 	

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Análise das viabilidades do empreendimento para o governo do estado da Bahia	<p>4) Viabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar se há impacto social na intervenção. - Verificar se as principais demandas dos moradores podem ser atendidas. <p>Identificar a existência de famílias que ocupam área de risco e/ou se encontram em situação de vulnerabilidade social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar locais e horários mais adequados para a realização das reuniões necessárias a construção participativa dos projetos. <p>5) Viabilidade fundiária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar qual a situação fundiária do terreno: - Verificar se existe documentação comprobatória da situação constatada - Identificar a titularidade do terreno no Cartório Registro de Imóveis; - Se terreno privado, fazer previsão de custo de indenizações e aluguéis para incluir no custo do projeto e na previsão orçamentária. <p>6) Viabilidade ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar as características ambientais e a possibilidade de existência de impactos - Identificar a relação entre os moradores, recursos naturais e paisagens - Emissão de relatório da análise de viabilidade com descrição das informações referentes ao levantamento preliminar de custos para indicar viabilidade técnica e financeira para a diretoria que após apresentar para a diretoria da presidência autoriza a elaboração de projetos. 			

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Formação do coletivo das organizações sociais e moradores do território.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar mobilização dos moradores do território por meio de visitas domiciliares e institucionais. • Realizar reunião ampliada para apresentação da proposta da formação do coletivo de representantes das organizações sociais e moradores do território. • Realizar assembleia para eleição das representações considerando mapa para delimitação por quadras do território. <p>Formação do coletivo.</p>	Garantir a participação dos cidadãos em todas as etapas de elaboração e execução das intervenções	SEDUR CONDER ((equipe multidisciplinar)	<p>Buscar envolver a participação de representantes de todas as áreas do território:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Poder legislativo - Vereador - Educação - Saúde - Instituições religiosas - Associações comunitárias - Comerciantes - Profissionais liberais, <p>dentre outras representações da área de intervenção</p>
Planejamento Integrado das Intervenções físicas, socioambientais e de regularização fundiária	<p>1) Reunião com as lideranças e moradores locais para informar sobre a etapa de construção de projetos e criar um cronograma de atividades para a participação ativa do coletivo dos moradores e lideranças locais.</p> <p>2) Formar um grupo de trabalho com Coletivo das organizações sociais e moradores do território, além de representantes das secretarias estaduais, municipais e concessionárias de serviços públicos, essenciais para acompanhar as atividades propostas no cronograma – Ações de acompanhamento do Planejamento Integrado das intervenções físicas, sociais, ambientais e de regularização fundiária.</p>	Elaborar o diagnóstico integrado físico, social e ambiental para subsidiar a elaboração dos Projetos	<ul style="list-style-type: none"> - CONDER (Equipe Multidisciplinar - Assistentes Sociais, Sociólogos, antropólogos, biólogos, arquitetos e engenheiros) - Coletivo coletivo das organizações sociais e moradores do território. 	

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Selagem	Visitas domiciliares	Identificar e criar a identificação numérica das unidades habitacionais dentro da poligonal e lançar dados no sistema do INFORMS – Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia.	CONDER	
Cadastramentos dos imóveis e núcleos familiares	<p>Visitas domiciliar para aplicação de entrevistas semi-estrutura para identificar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) o potencial produtivo da comunidade e ações empreendedoras. 2) a escolaridade dos membros da família, a profissão e situação de emprego dos que percebem renda, justificando a necessidade de articulação com a assistência social e educação; 3) Aspectos históricos sobre a área de intervenção: descrever forma e tempo de ocupação, 4) as características gerais das habitações, padrão de moradia e dos serviços públicos e equipamentos comunitários existentes, tipos de situação de risco; 5) perfil socioeconômico, apresentando dados sobre faixas de renda, faixa etária, escolaridade, identificação de chefe da família, pessoas idosas e portadora de deficiência, coabitação involuntária e o adensamento excessivo do núcleo familiar.. 	Conhecer as características físicas, sociais, culturais , econômicas e ambientais do território	CONDER	

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Cadastramentos dos imóveis e núcleos familiares	<p>6) o comprometimento médio mensal da renda das famílias com o pagamento de encargos, impostos, taxas, moradia e transporte, motivando, quando for o caso, a necessidade de tarifa social para os serviços de saneamento e energia elétrica, subsídio para as ligações intra-domiciliares.</p> <p>7) Realizar mapeamento das doenças e agravos relacionados à falta de saneamento e de condições de habitabilidade, por meio de dados secundários, principalmente do Sistema de Informações de Atenção Básica em Saúde - SIAB;</p> <p>8) Sistematização dos dados coletados para a construção do Diagnóstico Integrado.</p>		CONDER	
Construção do Diagnóstico Integrado	<p>Visitas institucionais</p> <p>1) identificar as demandas dos moradores destacadas como prioritárias, em termos de equipamentos sociais públicos;</p> <p>2) Realizar mapeamento do entorno para identificar equipamentos existentes e a capacidade de atendimento de cada um e/ou solicitar informações às secretarias municipais.</p> <p>3) Verificar as entidades sociais e comunitárias que possuem atuação no território e avaliar formalização, ações desenvolvidas, número e tipo de membros ou beneficiários.</p> <p>4) Identificar índices de criminalidade por meio da Secretaria de Segurança Pública;</p>			

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Construção do Diagnóstico Integrado	<p>5) Identificar as instituições que atuam com educação ambiental e mobilização social na região com base no Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia.</p> <p>6) Identificar os equipamentos, projetos, programas e políticas públicas em desenvolvimento no território importantes para a inclusão social, produtiva, preservação ambiental e desenvolvimento local,</p> <p>7) Identificar de áreas de vulnerabilidade social a serem priorizadas pela política pública</p> <p>8) Mapear e existência de catadores de materiais recicláveis e sua forma de organização</p> <p>9) Levantar informações para identificação de possíveis impactos ambientais tendo em vista os seguintes aspectos:</p> <p>10) o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os dos corpos d'água.</p> <p>11) o meio biológico e os ecossistemas naturais – a fauna, flora e a características e a existência de as áreas de preservação permanente; o uso e ocupação do solo, os usos da água .</p>			

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Construção do diagnóstico Integrado	<p>7) Reuniões Temáticas; Construção do Biomapa;</p> <p>8) Roda de Conversa (Café Social) para realizar o levantamento de dados qualitativos sobre o territórios com a participação das equipes técnicas;</p> <p>9) elaboração do relatório do diagnóstico e apresentação para a complementação do relatório do diagnóstico que servirá de base para a elaboração dos Projetos.</p>	Levantar e sistematizar dados qualitativos necessários à construção do diagnóstico integrado.	SEDUR CONDER	
	<p>1) Realizar pré-dimensionamento de áreas públicas (sistema viário, equipamentos institucionais, urbanos e comunitários, áreas verdes e non aedificandi), bem como as respectivas dominialidade</p>	Identificar a situação fundiárias das áreas do território	SEDUR CONDER	
Fase de planejamento participativo para elaboração dos projetos	<p>1) Mobilizar equipe técnica e demais recursos necessários para elaboração do projeto;</p> <p>2) Articular a construção do projeto básico com a participação da Comissão de Tecnologia de Gestão Ambiental para verificação do enquadramento do empreendimento (porte e potencial poluidor) para ao licenciamento ambiental e definição de estudos, planos e programas que deverão ser apresentados aos órgãos ambientais.</p> <p>3) Realizar reuniões e oficinas mensais com o coletivo de representações do território para o planejamento das intervenções físicas, sociais, ambientais e de regularização fundiária.</p>	Contribuir para construção dos diálogos entre as dimensões sociais e ambientais dos projetos urbanos	CONDER	

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Elaboração do Projeto de arquitetura e engenharia - Projetos Básico e Executivo	<ol style="list-style-type: none"> 1) Realizar análise do diagnóstico integrado para definir partido urbanístico para as intervenções 2) Realizar estudos para elaboração dos Projetos Básicos e Executivos 	Definir as características das intervenções físicas urbanísticas	CONDER	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer medidas para fiscalização e controle da qualidade técnica projetual - Garantir a qualidade construtiva e a privacidade, em caso de utilização do padrão de casas geminadas / (parede e meia); - Garantir a adequação social, cultural e econômica das unidades e do partido urbanístico à realidade de cada família, considerando também os diferentes arranjos familiares; - Antecipar possibilidades de ampliação das unidades e modificação do projeto entregue, considerando questões como envelhecimento da população, situações emergenciais e de redução de mobilidade, entre outras; - Garantir que a definição das tipologias habitacionais e urbanísticas seja feita de forma participativa; - Prever áreas comerciais nos condomínios de HIS a serem utilizadas pelos próprios moradores.

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Elaboração do projeto de sustentabilidade do empreendimento	<p>3) Elaborar os estudos ambientais (PGRS), Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), quando couber.</p> <p>4) Incentivo de utilização de material que a produção considerou o uso eficiente de água e energia Considerar alternativas para o reuso das águas servidas durante a execução das obras, quando couber</p> <p>5) uso de energias renováveis;</p> <p>6) medição individualizada de água e gás no caso da construção das unidades habitacionais;</p> <p>7) uso de descarga com duplo acionamento;</p> <p>8) uso de torneiras com arejadores incorporados e com limitação de vazão;</p> <p>9) Incorporação de áreas verdes no (ou nos) empreendimentos;</p> <p>10) priorizar partido urbanístico cuja a ventilação e iluminação seja natural;</p> <p>11) priorizar tipologia horizontal, sempre que possível;</p> <p>12) definir área para a construção das unidades habitacionais e equipamentos urbanos e comunitários em áreas indicadas pelos moradores, sempre que possível.</p>	Contribuir para a consolidação de intervenções integradas e sustentáveis.	CONDER (equipe multidisciplinar)	<ul style="list-style-type: none"> - Priorizar, em casos de relocação, relações de vizinhança, pertencimento e territorialidade das pessoas; - Evitar licenciamento de empreendimentos habitacionais em áreas de proteção ambiental, salvo casos de usos compatíveis com a legislação ambiental vigente; - Elaborar ou aplicar leis que garantam a implantação de empreendimentos de HIS em áreas centrais da cidade e/ou já infraestruturadas da cidade, incluindo vazios urbanos; - Garantir mobilidade e acessibilidade, incluindo vias de acessos e rotas de transporte público que conectem os condomínios ao seu entorno, quando couber

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Elaboração do PTS – Eixos do Projeto de Trabalho Social	<p>8.9 Visitar área de intervenção para complementação de dados.</p> <p>a) Articular e formalizar as parcerias (Instituições) e organizações sociais locais</p> <p>b) Descrever itens que compõem o Projeto de Trabalho Social e elaboração da composição dos custos.</p>	<p>- Contribuir para o desenvolvimento socioambiental do território, nos eixos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mobilização, organização e fortalecimento social; - Acompanhamento e gestão social da intervenção; - Educação ambiental e patrimonial - Sustentabilidade Urbana - Desenvolvimento socioeconômico 	CONDER	As ações deverão ter convergência com as orientações contidas no PEA - Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia e os conteúdos dos ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Elaboração do Projeto de Regularização Fundiária	<ol style="list-style-type: none"> 1) Identificação e Regularização do domínio de gleba 2) Regularização Fundiária e urbanística do parcelamento do solo 3) Mobilização comunitária 4) Levantamentos básicos para a elaboração do projeto de regularização fundiária 5) Pesquisa fundiária 6) Levantamento topográfico cadastral 7) Cadastro físico 8) Definição dos instrumentos de regularização fundiária 9) Elaboração do projeto de regularização fundiária 10) Estudo preliminar 11) Validação do estudo Preliminar pela comunidade 12) Descrever as estratégias para a elaboração dos instrumentos para regularização fundiária das unidades construídas por meio das intervenções. 	Contribuir para regularização fundiária das áreas de intervenções.	CONDER	Regularização Fundiária Urbana (Reurb) é o processo que inclui ações jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais para a inserção dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Apresentação dos projetos integrados de intervenção - projetos urbanos	<ol style="list-style-type: none"> 1) Articular reunião para a validação formal dos projetos por parte do coletivo de moradores lideranças locais. 2) Projetos elaborados e apresentados para as diretorias (técnica e financeira), para autorizar a licitação; 3) Encaminhar para os agentes financeiros (ver aplicabilidade). 	Garantir a aprovação formal das intervenções por parte dos cidadãos afetados e diretorias institucionais envolvidas	<ul style="list-style-type: none"> - SEDUR - CONDER - Coletivo de moradores e lideranças locais 	Criar documento para garantir legitimidade das aprovações dos Projetos.
Ações de articulação preliminar para a execução dos projetos	<ol style="list-style-type: none"> 1) Elaborar o plano de comunicação do Projeto; 2) Reunião interna para o planejamento integrado das intervenções; 3) Articular atividades com a participação Secretária de Comunicação com vistas a articular as ações do Projeto com a comunicação institucional do Estado 4) Articular apresentação dos Projetos de Intervenção Integrado para a Casa Civil e SERIN com o intuito de articular as ações dos Projetos com outras secretarias de estado; 5) Criar plano de ação integrado com vista a compatibilizar os cronogramas das intervenções físicas, sociais, ambientais e de regularização fundiária; 6) Monitorar a execução do plano de ação; 	Qualificar a execução do Projeto Integrado de Intervenção	<ul style="list-style-type: none"> - Conder - Sedur - Casa Civil - Secom - Secretaria de Comunicação do Estado da Bahia 	

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

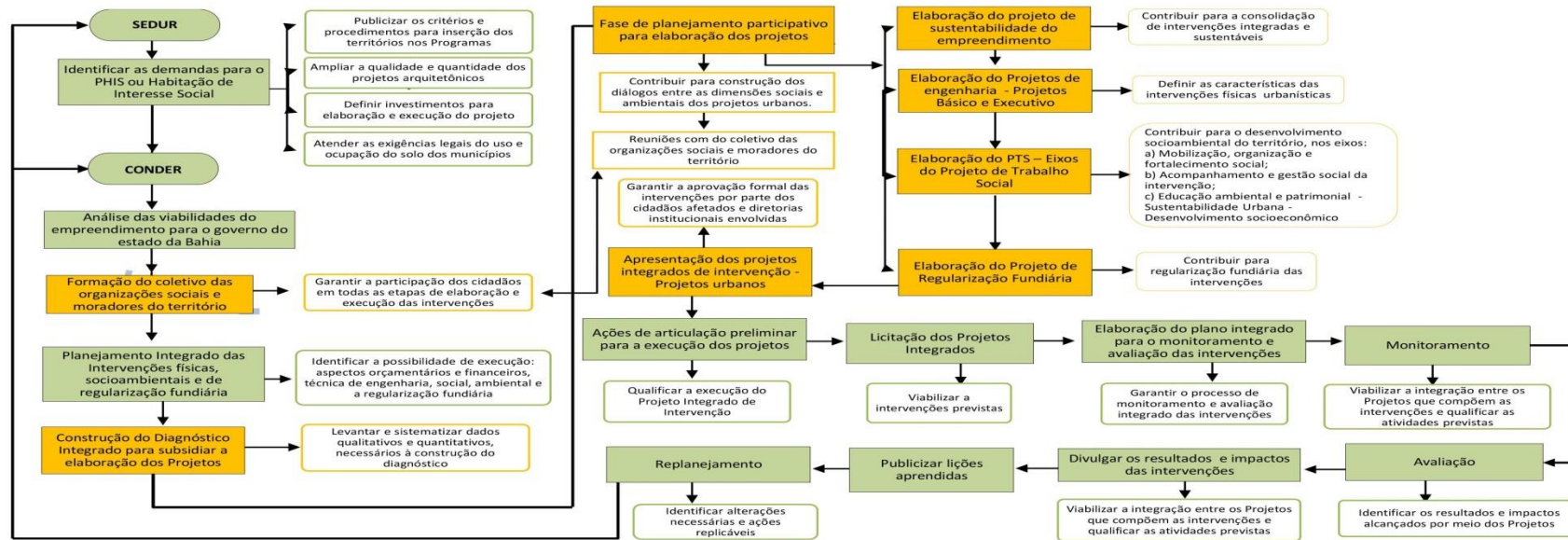
ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Ações de articulação preliminar para a execução dos projetos	<p>7) Execução de Obra e Serviço de Engenharia;</p> <p>8) Execução do Trabalho Socioambiental;</p> <p>9) Execução do Projeto de Regularização Fundiária;</p> <p>10) Definir formalmente os fiscais e gestores dos contratos;</p> <p>11) Realizar reuniões mensais dos fiscais e grupo de trabalho do Projeto;</p> <p>12) Reunião ampliada no território para reapresentação dos projetos e apresentação das empresas e/ou equipes que executaram os serviços;</p> <p>13) Articulação de parcerias.</p>			
Licitação dos Projetos Integrados	Elaboração dos Termo de Referência para abertura do processo licitatórios: Projetos de Engenharia- Obra PTS - Projeto de Trabalho Socioambiental Projeto de Regularização Fundiária.	Viabilizar as intervenções previstas	Conder (equipe multidisciplinar) Coletivo de moradores e lideranças locais	Mobilizar o coletivo de moradores e lideranças locais para do processo licitatório.
Elaboração do plano integrado para o monitoramento e avaliação das intervenções	Elaboração do Plano Integrado de Monitoramento e Avaliação das intervenções.	Garantir o processo de monitoramento e avaliação integrado das intervenções	- SEDUR CONDER (equipe multidisciplinar) - Coletivo de Moradores e lideranças locais	
Monitoramento	Identificar os indicadores de desempenho e resultados das ações dos Projetos de Intervenções a) Estabelecer metas para os indicadores b) Definir estratégias para ajustes dos desvios identificados durante a execução das atividades	Viabilizar a integração entre os Projetos que compõem as intervenções e qualificar as atividades previstas	SEDUR - CONDER(equipe multidisciplinar) - Coletivo de Moradores e lideranças locais	

QUADRO PARA PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS URBANOS

ETAPA	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL/ PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Avaliação	Executar as atividades previstas no Plano de Monitoramento e Avaliação Integrados com vistas ao mapeamento dos resultados e impactos do Projeto Urbano por meio da participação dos cidadãos afetados pelas intervenções.	Identificar os resultados e impactos alcançados por meio dos Projetos	- SEDUR CONDER(equipe multidisciplinar) - - Coletivo de Moradores e lideranças locais	- Avaliação como processo de aprendizado para os profissionais que atuaram nas intervenções e moradores e lideranças envolvidas - Obrigatoriedade de realização de avaliação de pós-ocupação em todos os empreendimentos Habitação de Interesse Social, como parte da política habitacional e seu planejamento;
Avaliação	<ol style="list-style-type: none"> 1) Identificar as lições aprendidas e divulgar (publicizar) 2) Promover Roda de diálogos: encontro com todos os atores envolvidos na implementação dos Projetos para apresentação da avaliação dos projetos 3) elaboração de artigos e participação eventos temáticos, seminários e congressos; 4) Elaborar o Relatório de Avaliação da Qualidade de Gestão do Projeto; 5) Elaboração do Relatório da Avaliação da Qualidade do Projeto, após o término de cada intervenção (projeto e contrato), contendo as oportunidades de melhorias – OM, os pontos fortes - PF e as recomendações – RE para que o Projeto / Contrato esteja adequadamente concluído atendendo as necessidades para as quais foi planejado, com a efetiva participação de todas as unidades envolvidas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar os resultados e impactos. - Qualificar e fortalecer a política pública de desenvolvimento urbano 		

FLUXOGRAMA

PROPOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DOS DIÁLOGOS EM PROJETOS URBANOS ENTRE AS DIMENSÕES FÍSICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS



Fonte: Elaborado pela autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto que aspectos sociais, ambientais, culturais e históricos construíram as cidades em que vivemos atualmente, todo processo que vise melhorar as condições de vida nessas cidades precisa considerar esses aspectos como pilares na construção de mudanças. Por isso, as obras de requalificação urbana, nesse contexto, devem considerar a complexidade inerente a cada lugar, isto é, as pessoas, seus hábitos, os recursos naturais como elementos que se inter-relacionam de forma dinâmica. Nesse sentido, as políticas públicas devem incorporar os conhecimentos acumulados pela sociologia, antropologia, biologia, educação, arquitetura, engenharia e serviço social de forma integrada, para que, as intervenções sejam fortalecidas e qualificadas a partir da articulação dos saberes. Essa, talvez, pareça uma afirmação utópica ou romântica, enquanto “narrativa imaginosa”, no sentido epistemológico. Todavia, numa perspectiva de construção de diálogos entre as dimensões sociais e ambientais, em Projetos Urbanos, numa sociedade como a contemporânea, onde a separação e as perspectivas individuais se sobrepõem as perspectivas solidárias e coletivas, optar por uma visão de futuro otimista parece ser um único caminho para nos manter em movimento.

As inquietações inerentes a forma como os Projetos Urbanos são executados, além dos experimentos vivenciados na gestão e execução de Projetos Sociais, juntos as políticas públicas de saneamento e habitação, serviram como estímulo para contribuir e ampliar os resultados desses esforços. São muitos esforços, desde os aspectos financeiros, profissionais, institucionais e até pessoal, durante a elaboração e execução de Projetos, que por vezes, perdem-se em seu sentido, apenas pela ausência do diálogo. Diálogos entre gestores e equipes técnicas, que na intenção de cumprir suas metas, no campo individual, relegam o planejamento integrado. Enxergar a interdependência entres os setores na DIHAB, pode trazer resultados na qualidade de vida dos cidadãos afetados pelos Projetos Urbanos.

Diante disso, os objetivos desse trabalho foram atendidos, pois, os maiores e importantes desafios na execução dos Projetos Urbanos da DIHAB foram sistematizados e as proposições para superá-los, organizadas, por meio

do fluxograma. A metodologia utilizada, desde as pesquisas documentais na Conder e análise bibliográfica, possibilitou uma articulação entre os processos empíricos e conceituais, com resultados práticos positivos na minha atuação como coordenadora dentro da diretoria. Dessa forma, foram apresentados aspectos relevantes relacionados a sustentabilidade urbana e desenvolvimento sustentável, para situar o leitor quanto aos conceitos e princípios que são considerados por este trabalho. Importante destacar que esses temas possuem diversos e distintos significados, por isso, foram selecionados conceitos que convergem na direção do bem viver dos cidadãos nas cidades na perspectiva do direito.

Foram realizadas análises históricas da política pública urbana do Brasil, da Bahia e de Salvador, o que possibilitou uma compreensão em caráter cronológico das políticas em nível nacional, estadual e municipal, como forma de contribuir com argumentação sobre os desafios dos Projetos Urbanos.

A imersão sobre a história de Alagados foi realizada para situar o leitor sobre os aspectos históricos da ocupação do território, com vista a contribuir para a compreensão dos resultados da pesquisa de Avaliação do Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental que foi apresentada para fundamentar a análise realizada sobre os desafios e proposições para a construção dos diálogos entre as dimensões sociais e ambientais, nos Projetos Urbanos da Conder. Com base nesses conhecimentos, foi construído o fluxograma que apresenta uma proposta de metodologia que amplia os diálogos em cada etapa do processo interventivo nos territórios.

Esses desafios são reconhecidos no contexto brasileiro por agências internacionais e, por isso, a Agenda 21 Global e a Agenda Habitat contribuíram para a elaboração da Agenda 21 Brasileira, especialmente, no que tange ao eixo temático, denominado Cidades Sustentáveis. Incorporando os objetivos que se referem à promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos, o documento apresenta propostas no sentido de introduzir a dimensão ambiental nas políticas urbanas existentes ou a serem formuladas (BRASIL, 2004)²⁵.

²⁵ Agenda 21 brasileira : ações prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento

A principal limitação do trabalho está na limitação de referencia relacionada ao mapeamento desses desafios e também na apresentação do fluxograma. Logo, é preciso realizar uma análise da aplicação do fluxograma para avaliar a sua efetividade quanto aos desafios da construção dos diálogos, integração entre as dimensões dos Projetos Urbanos.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenya. *Introdução à gestão habitacional*. São Paulo: EPUSP, 1995.

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. IN: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº. 1, 1999, 78-90.

ALIANÇAS DE CIDADES. *A vez dos Alagados: A construção de um programa integrado de urbanização de favelas em Salvador*. São Paulo: Alianças de Cidades, 2008.

BAHIA. *Elaboração do plano estadual de habitação e regularização fundiária do Estado da Bahia: Relatório R2*. Vol. 3, Tomo IV, julho de 2012.

_____. *Relatório síntese do PLANEHAB 2010/2013*. Salvador: Sedur, 2015.

BRASIL. *Carta Consulta*. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/dowloands/guia_caixa_operações_de_governo_volu_mell/FT-05-02-Selecaocartaconsulta-ver_02.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2018.

_____. *Cadernos de orientação técnico social, 2013*. Disponível em: <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/file/caderno_de_orientação.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

_____. *Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento*. Brasília: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, 2009.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. IN: Juarez de Oliveira (Org.). 4ed. São Paulo: Saraiva, 1990, Série Legislação Brasileira.

_____. *Instrução Normativa nº 8, de março de 2009*. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/attachements/513297/RESPOSTA_PEDIDO_IN%208,%20de2026.03.09.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2019.

_____. *Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários*. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

_____. *Manual de infraestrutura urbana*. Brasília: Ministério das Cidades, 2012. Disponível em: <http://aprece.org.br/wpcontent/uploads/2015/11/MANUAL_INFRAESTRUTURA_URBANA_-_1D73_2012.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2018.

_____. *Matriz de indicadores para avaliação do pós-ocupação dos projetos piloto de investimento intervenção em favelas*. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/AVALIACaO_DE_POS_OCUPACaO.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

_____. *Manual temático, trabalho social em programa e projetos de habitação de interesse social*. Vol. 01. Brasília: Ministério das Cidades, 2013.

_____. *Manual para apresentação de propostas para sistemas de drenagem urbana sustentável e de manejo de águas pluviais – Sistemática 2012*. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=5986406&codPapelTramitavel=4992871>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

CARVALHO, Eduardo Teixeira de. Os alagados da Bahia: Intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. IN: *Cadernos PPG-AU/UFBA*. Vol. 1. Nº. 1. Salvador: UFBA/ FAUFBA, 2002, p. 83-100.

Cidades sustentáveis. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/cidades_sustentaveis.htm> Acesso em: 09 de fevereiro de 2019.

Criado o Ministério das Cidades. Disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1395>> . Acesso em: 18 de outubro de 2018.

FIORILLO, Celso A. P. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 14ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfi. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GORDILHO-SOUZA, Angela. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectiva no final do século XX*. 2ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras: (re)qualificando a questão para Salvador-BA. IN: *Cadernos Metrópole*. Nº. 5. São Paulo, 2001, p. 63-89.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Tradução: Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2015.

IBGE. Centro de documentação e disseminação de informações: normas de apresentação tabular. 3ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10ed. São Paulo: Ática, 2014.

LIPIETZ, A. Globalização, reestruturação produtiva e impacto intra-urbano. IN: *Seminário de Políticas Públicas para o manejo do solo: experiências e possibilidades*. Polis, número especial, n.º. 27, Anais, 1996.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chargas. *Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses*. 4ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. IN: *São Paulo Perspectivas*, 2000, vol. 4, n.º. 4, p. 21-33.

_____. O estatuto da cidade periférica. IN: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. *O estatuto da cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades, Aliança das cidades, 2010, p. 5-22.

_____. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec Editora, 1996.

NASCIMENTO, Raimundo José Pedreira. *A dimensão educativa da participação social da Rede CAMMPI e sua influência nas políticas de habitação implementadas na Península de Itapagipe a partir de 1990*. Dissertação de mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Salvador-BA, 2012.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. IN: NETO, Aristides Monteiro (Org.). *Sociedade, política e desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2014, p. 161-195, Livro 2.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política. IN: *Caderno Naui*. Vol. 4, n.º. 7, Jul-Dez 2015, p. 39-57.

ROCHA, Heliana Faria Mettig. *O lugar das práticas comunitárias emergentes: caminhos de coexistência socioecológica em projetos urbanos*. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador-BA, 2017.

ROLNIK, Rangel. *A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2015.

SALVADOR, Prefeitura. *Leis municipais*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-salvador>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

SANTANA FILHO, Diosmar M. de S. *Produto I: Pesquisa de avaliação pós-ocupação do empreendimento – Projeto integrado de desenvolvimento*

socioambiental Alagados IV e V. Salvador: Conder, 2018.

_____. *Produto II: Pesquisa de avaliação da satisfação dos moradores dos empreendimentos na Poligonal Alagados IV e V.* Salvador: Conder, 2018.

SANTOS, Ailton Dias dos. *Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais.* IN: Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB (Org.). São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, André da Rocha. *Revitalização para quem? Política urbana e gentrificação no Centro de Santos.* IN: Cadernos MetrÓpole, São Paulo. Vol. 16, nº. 32, p. 587-607, nov 2014.

SANTOS, Daniele de Oliveira. *Entre os peixes, a areia e o sol: trajetórias de trabalho e moradia em Novos Alagados.* Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador-BA, 2016.

SANTOS, Milton. *Manual da geografia urbana.* São Paulo: Editora da USP, 2012.

_____. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológico da Geografia.* São Paulo: Editora da USP, 2014.

SPOSITO, Maria da Encarnação B. *Capitalismo e Urbanização.* São Paulo: Contexto, 2008.

TASSARA, Eda. *Dicionário socioambiental: ideias, definições e conceitos.* São Paulo: FAART, 2008.

VILLA, Simone Barbosa; SARAMAGO, Rita Pereira de Cássia; GARCIA, Lucianne Casasanta. *Avaliação do pós-ocupação no Programa Minha Casa Minha Vida: uma experiência metodológica.* Uberlandia: UFU/PROEX, 2015.

